

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**HIGIENE E ESCOLARIZAÇÃO NOS GRUPOS ESCOLARES NO RIO
GRANDE DO NORTE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

HANANIEL DE SOUZA AMORIM

Natal, RN

2013

HANANIEL DE SOUZA AMORIM

**HIGIENE E ESCOLARIZAÇÃO NOS GRUPOS ESCOLARES DO RIO
GRANDE DO NORTE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito final para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Crislane Barbosa Azevedo.

Natal, RN

2013

HANANIEL DE SOUZA AMORIM

Monografia apresentada ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito final para obtenção do título de Bacharel em História.

Aprovada em ____ / ____ / ____

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Crislane Barbosa Azevedo (Presidente)
Departamento de Práticas Educativas e Currículo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof.^a Conceição Guilherme Coelho (Membro)
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Wicliffe de Andrade Costa (Membro)
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Primeiro queremos agradecer a Deus pela sua presença em nossas vidas, pois nos momentos difíceis, ~~em~~ que pensamos em desistir foi a Ele que recorremos e encontramos abrigo e refúgio através das orações e súplicas. Foi Deus que nos manteve fortes e persistentes para realizar com sabedoria e paciência esse trabalho.

Agradecemos à professora Crislane Barbosa Azevedo por ter nos permitido em todos os momentos manter contato com uma orientação séria e exigente. A professora Crislane leu e releu, orientou quanto às leituras bibliográficas e mapeamento das fontes, incansavelmente, o que nos possibilitou o aprofundamento das questões que cogitamos investigar. A ela dedicamos o agradecimento mais especial.

A minha família, em especial ao meu pai José Freire de Amorim Neto, a minha mãe Maria José de Souza Amorim, a minha irmã Hananiele de Souza Amorim, a minha vó Severina Josefa de Souza e a minha prima Alice, de cinco anos de idade, que no início das minhas leituras bibliográficas rabiscou o livro “A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)” de autoria de Heloísa Helena Pimenta Rocha que era emprestado da professora Crislane.

Ainda a nossa gratidão aos parentes e familiares que não foram citados, aos amigos de infância, do Ensino Médio, do curso de História da UFRN e aos amigos do Serviço de Arquivo Médico e Estatísticas do Hospital Universitário Onofre Lopes e a amiga Susan Cerqueira pela ajuda na formatação desse trabalho.

RESUMO

Os grupos escolares consistiram em um modelo de organização escolar que surgiu, primeiramente, no estado de São Paulo no início da República e depois se difundiu para o resto do País. Esse novo modelo de escola pública possuía uma organização própria, professores diplomados, recursos didáticos, mobiliário próprio, e organização administrativa e pedagógica regida por normatizações. A Higiene surgiu neste momento histórico como um ramo da ciência médica que se responsabilizaria por cuidar da saúde na área social instruindo a população quanto à preocupação com a prevenção e a cura. Este trabalho de pesquisa investiga as relações entre grupos escolares e Higiene no Rio Grande do Norte (RN). Dessa maneira, identificamos como eram trabalhadas práticas higienistas pelo corpo docente com os alunos nos grupos escolares do RN, investigamos a existência da Higiene como disciplina escolar específica e o seu programa, caracterizamos os exercícios físicos introduzidos no currículo escolar, e identificamos a presença de profissionais de outras áreas de trabalho como médicos e engenheiros na construção ou organização dos grupos escolares. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi embasada em pesquisa bibliográfica e pesquisa histórica, arquivística e documental. Foi realizada análise do conteúdo das fontes (documentos dos antigos grupos, registros de jornal da época, mensagens presidenciais e legislação do período). Por meio desta pesquisa, buscamos demonstrar a intervenção da Higiene na organização dos grupos escolares no Rio Grande do Norte e o reflexo na sociedade norte-rio-grandense. Observamos que os preceitos higienistas influenciaram os grupos escolares desde a construção do prédio, nos desempenhos das suas atividades cotidianas, mobiliários e materiais utilizados.

Palavras-chave: Higiene – Grupos Escolares – Rio Grande do Norte.

ABSTRACT

School groups consisted of a model of school organization that arose primarily in the state of São Paulo in the early Republic and then spread to the rest of the country. This new model of public school had its own organization, graduate teachers, teaching resources, own furniture, and administrative and pedagogical organization governed by norms. The Hygiene emerged at this historical moment as a branch of medical science that would be responsible for taking care of health in the social area instructing the population as a concern with the prevention and cure. This research investigates the relationship between school groups and Hygiene in Rio Grande do Norte (RN). Thus, we identify how they were worked hygienists practice by faculty with students in school groups RN, we investigate the existence of Hygiene as a specific school discipline and program, we characterize the physical exercises introduced in the school curriculum, and identify the presence of professional other areas of work as doctors and engineers in construction or organization of school groups. The methodology used in this research was based on a literature review and historical, archival and documentary research. Content analysis of the sources (documents of the former groups, newspaper records of the time, presidential messages and legislation of the period) was performed. Through this research, we demonstrate the involvement of Hygiene in the organization of school groups in Rio Grande do Norte and the reflection in the north of Rio Grande society. We observed that hygienists precepts influenced school groups from the construction of the building, in the performance of their daily, securities activities and materials used.

Keywords: Hygiene— School Groups — Rio Grande do Norte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupo Escolar Augusto Severo, Natal-RN.	43
Figura 2 - Grupo Escolar General Siqueira, Aracaju-SE.	49
Figura 3 - Grupo Escolar Alberto Maranhão, Nova Cruz-RN.	50
Figura 4 - Grupo Escolar Duque de Caxias, Macau-RN.	50
Figura 5 - Grupo Escolar Quintino Bocayuva, Santa Cruz-RN.	52

SUMÁRIO

Lista de Figuras	07
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – HIGIENE E ESCOLARIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: A PESQUISA	11
1.1 - O TEMA DA PESQUISA: SUA IMPORTÂNCIA E SEUS RECORTES	11
1.2 - UM DIÁLOGO BIBLIOGRÁFICO	14
1.3 - ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	19
CAPÍTULO 2 – HIGIENE E EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX	23
2.1 - HIGIENE NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX	23
2.1.1 - Higiene no Rio Grande do Norte	31
2.2 - ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA	35
2.3.- OS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL	41
CAPÍTULO 3 – HIGIENE E GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO NORTE (RN)	47
3.1 - PRINCÍPIOS HIGIÊNICOS NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DOS GRUPOS DO RIO GRANDE DO NORTE	48
3.2 - ATENÇÃO AOS CORPOS-EXERCÍCIOS FÍSICOS INTRODUZIDOS NO CURRÍCULO ESCOLAR: GINÁSTICA, JOGOS E ESPORTES	60
3.3 - HIGIENE: UMA DISCIPLINA ESCOLAR ESPECÍFICA E O SEU PROGRAMA	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi o resultado de uma investigação acerca da relação entre Higiene e a escolarização nos grupos escolares do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX, enfatizando a intervenção dos princípios higienistas que orientavam a organização escolar, bem como o desenvolvimento das atividades do dia-a-dia que constituíam o espaço escolar.

Os grupos escolares eram escolas primárias que foram implantadas no Brasil no final do século XIX no regime republicano, sendo criadas para serem referência. Deveriam colocar em prática uma nova metodologia de ensino, incorporando exigências da pedagogia moderna. A existência do método intuitivo, do ensino mútuo, de bibliotecas, oficinas, materiais didáticos, pátio para recreio, mobiliário escolar adequado para público escolar do ensino primário deveriam marcar os grupos. Podemos acrescentar ainda a essas características as orientações de caráter higienistas.

A Higiene surgiu como uma ramificação ou especialização médica no princípio do século XX, quando os profissionais da área médica começavam a introduzir novos conhecimentos científicos buscando atuar na sociedade como uma ciência capaz de solucionar e propor sugestões de mudanças para os problemas e conflitos do cotidiano que ultrapassavam as doenças que atingiam o corpo, buscando aplicar seus princípios e ganhar respaldo no âmbito social (GONDRA, 2000). No entanto, os profissionais médicos não estavam preocupados somente com ações que proporcionassem apenas a descoberta de curas para as doenças que atacavam o corpo. Eles tinham também outros objetivos. Buscavam descobrir meios de solucionar problemas amplos que atacavam a sociedade, principalmente, das regiões periféricas.

As características deste trabalho de pesquisa podem ser mais bem compreendidas na leitura do capítulo inicial desta monografia. No primeiro capítulo foi feita uma apresentação da temática investigada. Em seguida, justificamos a viabilidade de realização da pesquisa e a sua relevância tendo em vista a compreensão da organização da sociedade de uma época por meio de assuntos educacionais. Por meio dessa pesquisa foi possível compreender historicamente como se deu a intervenção da Higiene nos grupos escolares e como isso

repercutiu na sociedade norte-rio-grandense. Ainda no capítulo 1 apresentamos a revisão bibliográfica das obras que foram lidas e que serviram para a apropriação da temática e para melhor fundamentar os diálogos, interpretações e mesmo as teorizações que impulsionaram a pesquisa. No final apresentamos o referencial teórico-metodológico com destaque para as principais fontes que proporcionaram o desenvolvimento da pesquisa e os métodos utilizados para executar a investigação.

No segundo capítulo relatamos como os princípios higienistas influenciaram na organização dos grupos escolares, desde a construção do prédio até o desempenho das atividades cotidianas do espaço escolar. Nesta perspectiva destacamos os exercícios físicos que eram praticados pelos alunos, a exemplo da ginástica sueca, do futebol, das carreiras, bem como dos brinquedos, dos cânticos que eram realizados pelos alunos nos passeios promovidos pelos grupos.

No terceiro e último capítulo investigamos a possível existência nos grupos de uma disciplina de Higiene e seu programa específico. O foco da análise recaiu sobre duas disciplinas, uma delas foi "Lições de Coisas" que consistia em trabalhar aspectos das ciências naturais e físicas. Também encontramos uma disciplina ^{denominada?} determinada de "Educação Física" ou "Exercícios Físicos" sobre a qual discutiremos. A instituição de uma disciplina denominada explicitamente de "Higiene" foi localizada, porém, na Escola Normal, ~~local~~ onde se formavam as professoras dos grupos escolares e por isso com relação clara ao exercício docente nestas escolas de ensino primário, implantadas no Rio Grande do Norte a partir de 1908.

CAPÍTULO 1 – HIGIENE E ESCOLARIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: A PESQUISA

1.1 - O TEMA DA PESQUISA: SUA IMPORTÂNCIA E SEUS RECORTES

O tema desenvolvido nessa pesquisa relaciona-se à história da educação. Tem por objetivo investigar relações existentes entre a Higiene e a escolarização nos grupos escolares do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX, enfatizando a influência dos preceitos higienistas que orientavam a organização escolar, bem como o desenvolvimento das atividades cotidianas, o regimento escolar, entre outros fatores que constituem o ambiente escolar.

Os grupos escolares eram escolas de ensino primário. Criados para serem instituições de referência, deveriam colocar em prática uma nova metodologia de ensino, incorporando exigências da pedagogia moderna. A existência de bibliotecas, oficinas, pátio para o recreio, o uso de novos materiais e mobiliário escolar deveriam marcar os grupos. A essas características acrescentam-se orientações de caráter higienista.

Na passagem do século XIX para o XX, a área médica iniciava um discurso voltado para o problema da moralização, dos cemitérios, do aleitamento, do casamento, das práticas de infanticídio, puberdade, prostituição, pobreza, alienação, dentre outros. Porém, não abandonava os assuntos específicos da área como estudos de patologias, de técnicas de intervenção clínica e cirúrgica, farmacologia e obstetria, por exemplo. Logo, a medicina voltava-se para o estudo de objetos do cotidiano da sociedade e que eram da competência de outras áreas da ciência. A medicina apropriou-se de novos estudos tendo em vista a criação de um novo ramo da área médica denominado de Higiene, segundo Gondra (2000). De acordo com o autor, a partir desta os profissionais da medicina passaram a ter a possibilidade de intervir na sociedade. Essa intervenção atingiu os assuntos relativos à educação.

A instituição escolar passou a ser vista pelos médicos que atuavam no campo da Higiene não apenas como um simples espaço escolar, no qual os alunos iam para receber lições de ler, escrever e contar. Passava a ser vista como um espaço onde, diariamente, eram desempenhadas diversas atividades, por meio das quais as crianças poderiam receber

orientações de princípios e métodos higiênicos que seriam a elas repassados através do processo escolar, como mostra Gondra (2000). Portanto, a escola tornava-se um meio de divulgação das práticas higienistas no seu convívio interno podendo propagar para a parte externa, ou seja, o convívio familiar e social.

Os grupos escolares foram implantados inicialmente no estado de São Paulo no final do século XIX (SOUZA, 1998). Logo em seguida, esse modelo de escola foi expandido para outros estados da federação. Ao investigar a implantação dos grupos escolares na Paraíba, Pinheiro (2002, p. 177) afirma que: "Inversamente ao que havia ocorrido com as cadeiras isoladas, os grupos escolares foram freqüentemente reconhecidos, principalmente pelos gestores públicos, como um novo tipo de instituição escolar que propiciava ao Estado brasileiro e sociedade grandes benefícios". A intenção era que pouco a pouco os grupos fossem substituindo as escolas isoladas, que eram instituições, que funcionavam na maioria das vezes na própria casa dos professores.

As mudanças por que passavam as instituições de ensino no País ocorreram também no Rio Grande do Norte. Araújo (2006) discorre sobre mudanças educacionais nos anos adjacentes à implantação do regime republicano no segundo governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-1895), indiscutivelmente como desdobramento da organização político-jurídica republicana, promovida com mais intensidade por esse governante. Nesse cenário de mudanças, a escola passou a ser vista como um espaço adequado para a formação de cidadãos fortes, saudáveis, moralizadores e conhecedores de medidas de prevenção, podendo atuar no espaço familiar e social como um divulgador dos princípios de higiene contribuindo, dessa forma, para a construção de uma sociedade civilizada, higiênica, sadia e conhecedora dos princípios preventivos.

Diante do exposto, este trabalho de pesquisa demonstra a intervenção da Higiene na organização dos grupos escolares no Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. Ao buscar identificar práticas higienistas nos grupos escolares, seja na forma de uma disciplina escolar específica seja na forma de influência em outras como a Educação Física, este trabalho mostrará como preceitos higiênicos influenciaram no cotidiano do espaço escolar.

Investigar sobre a Higiene e a escolarização nos grupos escolares do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX mostrou-se relevante na medida em que proporcionou a compreensão da organização da sociedade de uma época por meio de assuntos

educacionais. Por meio do desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível compreender historicamente como se deu a intervenção da Higiene nos grupos escolares e como isso repercutiu na sociedade norte-rio-grandense.

Investigar sobre a relação entre Higiene e grupos escolares justifica-se pela contribuição ao estudo da história da educação norte-rio-grandense, uma vez que os grupos escolares foram instituições projetadas com a finalidade de construir o povo e regenerar a nação. Trata-se de estudar e compreender o pensamento e ações de uma época, contribuindo na construção da sociedade. Além de importante, esta pesquisa mostrou-se viável desde o seu início devido à existência de fontes documentais.

Ao discutir sobre o assunto, Azevedo (2011) mostra que os preceitos higienistas influenciaram até mesmo as práticas de leitura e escrita nas escolas primárias. Investigar como isso ocorreu no Rio Grande do Norte, verificando como e em quais práticas essa influência ocorreu é importante, ampliando os diálogos entre as pesquisas em história da educação.

Modelar a sociedade com atitudes higiênicas com o objetivo de afastá-la de doenças. ? Esse era o intuito dos higienistas e, nesse cenário, justamente, a educação foi influenciada. Tida como necessária para o desenvolvimento do país, a escola primária passou por inúmeras mudanças no início do século XX. Como alvo dos preceitos de Higiene, os grupos escolares tiveram toda a sua organização orientada por princípios originários da medicina (higienista). Pensar sobre o tema é refletir acerca de um cenário complexo.

A Higiene no Rio Grande do Norte, como mostram Azevedo e Stamatto (2012), contou com a organização de alguns serviços públicos específicos. A partir do diálogo com a bibliografia da pesquisa, as autoras mostram que o presidente Antônio José de Melo e Sousa (1907-1908), atento à situação sanitária no Estado, implantou mudanças nos serviços de Higiene e Saúde Pública, além dos Serviços de Profilaxia das Moléstias Venéreas e de Profilaxia Rural, com Posto Antiofídico, que, posteriormente, passou a ser a Diretoria de Higiene (1921) e depois Departamento de Saúde Pública (1924). Portanto, percebemos que havia toda uma organização acerca de ações de caráter higienista. Os grupos escolares no Rio Grande do Norte foram implantados nesse período.

Em 1908, por meio do Decreto nº 174, criava-se no bairro da Ribeira o primeiro grupo escolar norte-rio-grandense denominado de Grupo Escolar Augusto Severo. Logo em seguida, novos decretos foram publicados criando novos grupos em diferentes localidades do estado.

Azevedo e Stamatto (2012, p. 41) mostram que em cinco anos, foram criados vinte e quatro grupos escolares no Rio Grande do Norte, nem sempre com prédio próprio.

A partir do exposto, questionamos: De que maneira a Higiene influenciou na organização dos grupos escolares e como seus princípios higienistas refletiram na sociedade norte-rio-grandense? Assim, partimos do pressuposto de que, os grupos escolares, modelo de escola pública nesse momento histórico, seriam um veículo de divulgação das práticas higienistas. As ações responsáveis por essa propagação foram alvo desta investigação. Para dar respostas a essas indagações buscamos compreender a intervenção da Higiene na organização dos grupos escolares no Estado do Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX. De forma mais específica buscamos: identificar como eram trabalhadas as práticas higienistas pelo corpo docente com os alunos nos grupos escolares do RN; Investigar a existência da Higiene como disciplina escolar específica e o seu programa; Caracterizar os exercícios físicos introduzidos no currículo escolar; e identificar a presença de profissionais de outras áreas de trabalho como médicos e engenheiros na construção do espaço físico, disposição e adaptação do mobiliário e organização nos grupos escolares.

1.2 - UM DIÁLOGO BIBLIOGRÁFICO

No início de todo e qualquer trabalho de investigação, a apropriação do tema é condição imprescindível. Dessa maneira, nesse momento, apresentamos as obras bibliográficas estudadas e que possibilitaram reflexões e mesmo definições pertinentes à escolha do tema a ser pesquisado. Esclarecemos que os trabalhos apresentados aqui não são os únicos que tratam sobre o assunto, mas foram os que, até o presente momento, foram estudadas tendo em vista a proposição desta investigação. As obras estão relacionadas à Higiene, educação e grupos escolares.

Sobre grupos escolares, a obra de Azevedo (2009) sobre a implantação dos grupos escolares em Sergipe, possibilitou os primeiros conhecimentos acerca do tema. A obra trata da organização dos grupos desde os seus aspectos legais até ações próprias do cotidiano dos grupos. Isso possibilitou a percepção do espaço que os preceitos higienistas tiveram na organização da escola de ensino primário. Motivou assim, a reflexão sobre a relação entre Higiene e grupos escolares no Rio Grande do Norte. A investigação da autora contribuiu para

esta pesquisa a partir do momento que nos possibilitou perceber a organização dos grupos escolares no início do período republicano em um estado do Nordeste do Brasil e onde eram valorizados os ideários de desenvolvimento, progresso, avanço político, econômico, cultural e principalmente educacional, pois a educação era vista como a maneira de estabilizar o sistema político vigente e civilizar a população.

Nos momentos finais de escrita deste trabalho de pesquisa tivemos contato com outra obra que tratou de grupos escolares no Nordeste. Trata-se da obra de Pinheiro (2002) sobre a implantação dos grupos na Paraíba. O autor investiga o processo de substituição das escolas isoladas pelos grupos no decorrer do século XX.

A leitura da obra de Azevedo e Stamatto (2012) foi também importante. Trata da implantação dos grupos escolares nas capitais de Sergipe e do Rio Grande do Norte como sendo uma das principais transformações ocorridas para a criação da imagem do regime republicano. Isso pelo fato de que essas construções foram edificadas em locais centrais próximos aos prédios mais importantes das cidades e foram planejadas por arquitetos e engenheiros que pensaram na formatação das salas, na iluminação dos espaços e na mobília. Tudo isso, obedecendo aos princípios pedagógicos e higienistas, pois a Higiene interferia desde a construção do prédio até no cotidiano escolar. Isso era refletido, por exemplo, no tamanho dos móveis que deveriam ser adaptados à faixa etária dos alunos para não comprometer a coluna vertebral e causar problemas de saúde. A leitura desta obra foi fundamental para essa pesquisa, pois além de contribuir com informações acerca do cenário educacional do Rio Grande do Norte do início do século XX, permitiu observar que as orientações de Higiene disseminadas em sala de aula tinham o intuito de contribuir para a construção de uma sociedade forte, saudável, civilizada e moderna como aspiravam os republicanos.

Também sobre grupos escolares foram estudadas obras de Souza (1998) e de Faria Filho (2000). As obras estão voltadas para o processo de instalação e funcionamento dos grupos escolares nos estados de São Paulo e Minas Gerais, respectivamente. As obras colaboraram na reflexão sobre os grupos e com atenção também à relação com a Higiene, contribuíram para a compreensão sobre o funcionamento da organização escolar a partir da sua localização espacial e organização arquitetônica de seus edifícios. Também foram importantes no que se refere à organização do cotidiano das práticas e hábitos higienistas que deveriam ser desenvolvidos junto aos alunos, como também a alimentação, os exercícios corporais, e com a

educação dos sentidos de modo a conservar e desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e afetivas ou morais dos alunos. Assim como as obras de Azevedo (2009) e de Azevedo e Stamatto (2012), as obras dos dois autores citados contribuíram para perceber que a Higiene não estava preocupada em intervir apenas na construção do espaço físico. Da mesma forma, o objetivo de incutir nos alunos medidas preventivas não buscam atingir só os alunos, a intenção era que as medidas internalizadas pelas crianças fossem, em seguida, compartilhadas no ambiente familiar.

Buscamos também estudar de forma mais ampla a relação entre escolarização e Higiene. Para isso lemos a obra "Infância, escolarização e Higiene" organizada por Paiva, Viveiros e Medeiros Neta (2011). O livro que reúne artigos que tratam sobre infância, escolarização e Higiene em diferentes estados do País e em distintas temporalidades, foi baseado na análise de diversas fontes que recobriam o final do século XIX e início do XX. Discorre sobre infância e organização escolar, a incorporação de professores ou professoras normalistas, implantação dos grupos escolares, o ensino individual e o ensino simultâneo, o método intuitivo e os métodos tradicionais, entre outros aspectos relativos às inovações sócio-educacionais. Em seguida, enfatiza a assistência à infância quando discorre sobre as discussões médicas relativas à higiene e saúde infantil. A leitura da obra foi importante para o aprimoramento das reflexões sobre o tema desta monografia, porque permitiu observar como as discussões no cenário nacional estavam sendo tratadas no cenário regional e local.

Acerca da Higiene especificamente, a obra de Rocha (2003) foi importante. A autora analisa a criação do Instituto de Higiene de São Paulo, o qual oferecia cursos de higiene escolar aos professores do ensino primário, objetivando a formação de agentes disseminadores da educação sanitária, que passariam a atuar nas escolas paulistas da capital e do interior divulgando os princípios higienistas, que seriam incutidos nas crianças e através das mesmas alcançariam as famílias. A educação seria o veículo de propagação da higiene na sociedade. A pesquisa da autora foi importante, a partir do momento que possibilitou pensar a escola como um ponto estratégico para a divulgação das práticas higienistas na sociedade, pois uma vez introduzidos hábitos e comportamentos de higiene nas crianças, as mesmas tornar-se-iam divulgadoras desses princípios higienistas em suas famílias, orientando cada vez mais um número maior de indivíduos quanto à importância da higienização. Perceber como isso ocorreu no Rio Grande do Norte foi nossa preocupação nesta pesquisa monográfica.

Herschamann e Pereira (1994), por sua vez, ampliam o diálogo sobre Higiene. Os autores relatam a construção da ideia de modernidade do país no final do século XIX e início do século XX, a partir da junção do trabalho de três tipos profissionais de áreas de atuação diferentes: o médico, o educador e o engenheiro. Estes reunidos em um campo de trabalho comum objetivavam organizar o espaço e orientar a população quanto à importância da mudança de hábitos, prevenção da saúde, aperfeiçoamento das condições higiênicas contribuindo, dessa maneira, para a construção de uma sociedade higiênica e civilizada. O estudo da obra dos autores foi fundamental, pois permitiu observar que a medicina interferiu na organização do espaço e na orientação dos indivíduos muito mais do que a engenharia, por exemplo, uma vez que a mesma expandiu-se criando diversas especializações e passou a atuar, principalmente, nas áreas urbanas, interferindo na organização escolar e no espaço físico das escolas e das cidades.

Ferreira (2003) também aborda discussões sobre Higiene ao analisar dissertações de alunos da Escola Médico-Cirúrgica de Portugal nos finais do século XIX. O autor aborda a intervenção dos profissionais de medicina na infância portuguesa, desde os cuidados com a gestação, o parto, os primeiros anos de vida e sobre as instituições dedicadas à infância. Logo, a escola passava a ser o assunto das discussões dos higienistas, que a viam como meio de propagação de doenças e por isso, pretendiam intervir não só no espaço físico da escola orientando quanto às práticas de higiene que deveriam ser adotadas, mas também no espaço pedagógico, alegando ser o único corpo profissional capacitado para intervir na construção da pedagogia científica por dominar tudo que dissesse respeito ao indivíduo.

Assim, como o trabalho de Ferreira (2003), os de Gondra (2000; 2003) contribuíram para reflexões acerca da relação entre Higiene e educação no início do século XX. O autor relata a criação de manuais de Higiene pelo corpo médico oitocentista da Corte Imperial, objetivando introduzir preceitos higienistas no cotidiano da população através de advertências, conselhos e avisos de práticas higienistas, que deveriam ser incorporadas pelos responsáveis pela formação das gerações futuras que, no ambiente privado, eram representados pelos pais, e, no ambiente público, pelos professores. Portanto, uma vez apropriados de tais práticas, eles passariam esses ensinamentos às crianças, promovendo a divulgação das medidas preventivas à saúde e contribuindo para a formação de cidadãos higiênicos, higienizados e higienizadores.

Marques (2003), apesar de não tratar especificamente dos grupos escolares e sua relação com a higiene, também foi de grande contribuição para a ampliação do conhecimento sobre Higiene no início do século XX, quando descreve que os higienistas lançaram medidas de transformação para as crianças que viviam abandonadas nas ruas, para que as mesmas não se tornassem adultos de má conduta. Os higienistas também denunciavam o trabalho infantil nas fábricas, que resultava em precária condição de vida, baixo salário, acidentes de trabalho e até a morte em alguns casos. Porém, pretendendo a higiene na sociedade, criaram-se as escolas premonitórias, que eram responsáveis pela recuperação de crianças infratoras e de mau caráter, transformando-as em futuros cidadãos honestos, de personalidade e boa índole. Segundo os higienistas mentais, os profissionais da educação ficariam encarregados dos ensinamentos de moral, comportamento e boas maneiras às crianças que viviam em um ambiente familiar desordenado e que possuíam pais incapazes de educá-los. O estudo sobre a obra de Marques (2003) contribuiu para perceber as dimensões do enfoque higienista sobre a sociedade, igualmente, instigando a reflexão acerca do tema desta pesquisa sobre os grupos escolares no Rio Grande do Norte.

A reflexão do saber médico encontra lugar, nessa pesquisa, uma vez que precisamos entender como se desenvolveu a medicina no Brasil. Assim, estudamos a obra de Lycurgo Castro Santos Filho (1966) sobre a história da medicina brasileira. O autor aborda a medicina desde os remédios extraídos das matas brasileiras pelos indígenas que utilizavam no combate às doenças que atacavam as comunidades nativas, passando pela medicina jesuítica, chegando à medicina rudimentar praticada pelos físicos, cirurgiões, boticários, barbeiros, curadores, negros feiticeiros, brancos, mestiços e as parteiras que usaram da terapêutica clássica, popular e da mágica. Também destaca a implantação das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro criadas por Dom João VI a partir de 1808 e a importação e aplicação da orientação, da clínica, da técnica, da cirúrgica e dos remédios de países europeus como França, Inglaterra e Alemanha até chegar ao Projeto higienista desenvolvido por Oswaldo Cruz para a cidade do Rio de Janeiro, que faz referência a experiências científicas que buscam descobrir a cura, a prevenção de algumas moléstias que atacavam a população.

Dessa maneira, os trabalhos dos autores citados contribuíram para o aprofundamento do nosso conhecimento sobre os grupos escolares e relativos à Higiene, possibilitando-nos uma constante reflexão sobre a influência dos princípios higienistas na educação escolar, com foco especial sobre os grupos escolares.

1.3 - ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do processo da pesquisa além da leitura da bibliografia que trata da historicidade da temática investigada, recorreremos a fontes documentais. A pesquisa foi, portanto, bibliográfica e histórica (caráter documental).

As fontes principais para a pesquisa foram: a) mensagens dos governadores do Rio Grande do Norte, encontradas no site: www.crl.edu/colletions; b) documentos provenientes da legislação da época; c) documentos relativos à instrução pública do Rio Grande do Norte como relatórios de diretores do Serviço de Instrução; e, d) informes de jornais, localizados no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte correspondente aos anos de 1907 a 1930.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa histórica é necessário estudo bibliográfico e a localização e seleção de fontes disponíveis sobre o tema a ser pesquisado. Logo, ao investigar a Higiene e escolarização nos grupos escolares no Rio Grande do Norte nas primeiras décadas do século XX foi preciso partir de questões norteadoras, que motivassem a realização de um mapeamento bibliográfico do assunto para descobrir se tal temática já foi tratada ou não, de que forma e quais documentos podem ser pesquisados em busca de dados.

Foi feita a pesquisa documental sob perspectiva histórica, conforme orienta Aróstegui (2006). Segundo ele, pesquisa histórica é uma forma antiga de investigação, mas desenvolvida hoje sobre bases muito mais sofisticadas; que acaba sendo essencial na análise qualitativa de dados. Trata-se de uma prática baseada na análise da linguagem, mas cujo objetivo não é conhecê-la em si mesma, mas “inferir” qualquer outra realidade distinta por meio dela.

A questão fundamental no trabalho de análise de conteúdo, como em qualquer outra, é que persegue um objetivo que vai além da própria manipulação do real. A análise interna de um texto ou de qualquer outra estrutura que possa ser decomposta em elementos não pretende ter um fim em si mesmo, senão que pretende averiguar outras coisas que a observação primária dos dados não diz. Por meio da análise da linguagem de um documento pretende-se averiguar coisas sobre aqueles que o escrevem, suas intenções, interesses, situação ou importância em um contexto social dado. A questão essencial é, pois, que a análise dos

documentos os trata como indicadores, como indícios ou vestígios, de uma realidade que se intui que é “hipotética” e que se quer desvelar (ARÓSTEGUI, 2006).

Assim, a presente investigação foi executada por meio de pesquisa bibliográfica e da leitura, fichamento e análise de diferentes fontes. No primeiro momento foi feita a leitura das mensagens ^{presidenciais} ~~presidências~~ que estão disponibilizadas no site ^{já disse} ~~site~~ <http://www.crl.edu/collections>. A documentação encontra-se organizada em ordem cronológica e possibilita acessar documentos segundo seus assuntos e destinatários. Essas mensagens trazem em seu conteúdo relatórios anuais dos governos dos estados descrevendo o que estava sendo realizado ou encontrava-se em andamento, bem como as dificuldades existentes e as melhorias conquistadas em todos os setores sociais, políticos, econômicos, financeiros, entre outros. Ao analisar tais documentos, a atenção recaiu, principalmente, nos seguintes assuntos: educação, saúde pública, saneamento básico e obras públicas, pelo motivo dos mesmos possibilitarem informações sobre o objeto ora investigado.

No segundo momento foi feita a análise de registros de jornais do período entre os anos de 1907 a 1930 encontrados no acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte/IHG-RN. Devido às condições físicas dos jornais a pesquisa limitou-se ao jornal “A República”. Trabalhar com jornais não significa apenas localizar informações, pois essa fonte proporciona contato com vários eventos ocorridos nos grupos escolares no período compreendido por esta proposta de investigação. Os registros foram digitalizados e estão armazenados em CD-ROM.

Outros documentos foram analisados na pesquisa. Marta Araújo, como coordenadora regional (In: SOUZA, s.d.) da organização intitulada “Fontes para o estudo da história da escola primária no Brasil (1889-1930)”, proporciona contato com diferentes documentos relativos ao Rio Grande do Norte. São documentos fruto de legislação, relatórios de instrução pública e financiamento, por exemplo. Diferentes documentos foram digitalizados e gravados compondo um DVD com fontes documentais de todo o País.

Também foi feita visita ao Arquivo Público do Rio Grande do Norte, onde em um primeiro encontro diagnosticamos o acervo. O intuito era o de, em visitas posteriores, realizarmos a identificação, seleção e transcrição de documentos de forma integral ou parcial sempre atento às lacunas existentes no texto provocadas pela ação do tempo, presença de microrganismos e o mau manuseio humano como rasuras, buracos etc. (ARÓSTEGUI, 2006). A intenção era de ler e fichar os conteúdos de interesse para a pesquisa buscando sempre fazer

anotações de referências, dados que identificassem o documento, como: remetente, destinatário, órgão produtor, local e data, para poder contextualizar o documento observado e analisado. Contudo, nas visitas ao Arquivo Público do Estado e em conversas com bolsistas do curso de História envolvidos na organização do acervo, constatamos que a documentação encontrava-se desorganizada e que a única parte disponível para estudo referente aos grupos escolares eram os decretos, que também já se encontram digitalizados e acessíveis para esta pesquisa.

Em momento seguinte, realizamos a análise e interpretação das fontes selecionadas, exercício que consistiu em interrogar, indagar, questionar as informações coletadas a partir da hipótese formulada na problemática do projeto de pesquisa possibilitando juntar, relacionar os documentos e ao mesmo tempo identificar mudanças e permanências. Para Aróstegui (2006, p.478) o ideal da ciência é que a hipótese não seja mais do que um instrumento que permite ao pesquisador ir colecionando dados, que orientam a busca de novas evidências empíricas, que iluminam a leitura dos documentos ou determinam as perguntas a serem feitas às fontes, independente de qual seja a hipótese; é algo que, por definição, serve para ser confrontada com os dados e que deve ser sistematicamente posta à prova.

Por fim, chegamos à escrita do trabalho da pesquisa histórica, ou seja, elaboramos explicação histórica para o problema levantado no início da investigação. Aróstegui (2006, p.482) relata que a explicação histórica é, como qualquer outra, mais um processo, uma cadeia de argumentações ordenadas, do que uma única proposição acabada. Mas tem de contar com esta última uma qualidade: uma explicação deve mostrar o processo metodológico que a produziu. A própria explicação ou um esboço dela, não é, pois, uma simples proposição final, mas sim um processo que mostra suas fases. Não basta dizer o que sabemos, é também preciso dizer como o sabemos.

Para o desenvolvimento desse trabalho partimos das concepções sobre Higiene do início do século XX discutidas nas obras de Gondra (2000; 2003). Higiene na concepção desse autor significa o principal ramo da ciência médica, na medida em que esta ramificação seria propriamente aquela da qual se originaria um programa suficientemente eficaz para equacionar os problemas do mundo social, de suas instituições e de seus sujeitos. Logo, A higiene era responsável por cuidar da saúde da população na passagem do século XIX e XX que enfrentava sérios problemas relativos à falta de água, esgotamento sanitário, edificação, distribuição de ruas, controle de epidemias e cemitérios, entre outros.

usava plural

O trabalho de Gondra (2000) proporcionou-me condições de relacionar de forma clara e contextualizada aspectos de higiene e de educação. Isso fica bem evidente quando o autor declara ao longo do seu trabalho, argumentos como os a seguir apresentados:

Ao se referirem à educação, colocando as escolas e os temas educacionais na órbita da medicina, os representantes dessa ciência procuraram definir um detalhado grupo de aspectos como, por exemplo, a localização física, a arquitetura, as rotinas escolares, (inserindo-se aí o tempo, conteúdos e horários de estudo), as vestimentas, alimentação, o recreio, o sono, os banhos e os princípios morais que deveriam ser cultivados nos colégios. Acompanhando este roteiro, seria possível ao Estado instalar escolas higienizadas porque modeladas consoante os princípios da higiene. (2000, p. 80).

A pesquisa realizada partiu do mapeamento de leituras bibliográficas que tratavam sobre o objeto da investigação. Essas leituras foram importantes, pois possibilitaram a identificação de fontes documentais que permitiram o desenvolvimento da pesquisa. As fontes documentais consistiam em informes de jornais, mensagens presidenciais e documentos relativos aos grupos. Essa documentação foi importante para realização da pesquisa uma vez que nos possibilitou através do confronto das mesmas responder de maneira satisfatória ao problema desenvolvido nesta pesquisa.

CAPÍTULO 2 – HIGIENE E EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A passagem do século XIX para o século XX, no Brasil, foi marcada por transformações significativas nos âmbitos político, econômico, social e cultural. Estas resultaram na abolição da escravidão em 1888, na queda da monarquia, na proclamação da República em 1889, no início do processo de industrialização financiada pelo capital proveniente dos lucros da atividade cafeeira e do investimento do capital estrangeiro, na exploração de fontes de energia como, o petróleo e hidroelétricas, no incentivo à incorporação de novas tecnologias tais, como a bioquímica, a bacteriologia, a farmacologia e a microbiologia, no êxodo rural que possibilitou a formação de centro urbano populoso como a cidade do Rio de Janeiro, que foi cenário de transformações voltadas para a modernização e a divulgação de ideias científicas.

A partir daí, começava-se a pensar em um país moderno que precisava urgentemente reagir aos problemas herdados do regime monárquico, como a falta de saneamento básico, epidemias de cólera, sarampo, dengue, malária, analfabetismo, entre outros. Logo, o Brasil precisava envolver na população um sentimento de modernidade e progresso tomando como referência a modernização europeia. Como relatam Herschamann e Pereira (1994), a palavra de ordem na virada do século XIX para o XX era “civilizar”, isto é, ficar em pé de igualdade com a Europa no que se refere a cotidiano, instituições, economia, ideias liberais, entre outros aspectos. Nesse cenário de mudanças, a educação escolar ocupou considerável espaço e na busca pela contribuição para a modernidade brasileira foi influenciada por preceitos de Higiene. É sobre esse aspecto que se dedica o presente capítulo.

2.1 - HIGIENE NA SOCIEDADE BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Até o final do século XIX, no Brasil, os profissionais de medicina formavam-se nas escolas e hospitais ibéricos mesmo com a criação, em 1808, por D. João de duas escolas de medicina que anos depois se transformaram em Academias Médico-cirúrgicas que foram a Academia do Rio de Janeiro, instalada em 1813, na Santa Casa de Misericórdia, e, na Bahia, também na Santa Casa funcionando depois de 1815. Muitos dos médicos depois de formados

atuavam atendendo desde recém-nascidos até os mais velhos. Mesmo com a implantação de faculdades de medicina, importava-se e aplicava-se a orientação, a clínica, a técnica e a terapêutica, os remédios da França e outros países europeus como a Inglaterra e Alemanha devido à inexistência de condições para os estudos. Mas também a medicina no Brasil permanecia relacionada à precária clínica dos físicos, a cirurgia rudimentar, barbeiros, curandeiros, pajés, padres jesuítas, sangradores, feiticeiros, parteiras e outras pessoas que atuavam como profissionais da área médica no período, como demonstra Santos Filho (1966). A profissão do médico nesse período não era tão valorizada, tendo em vista que o mesmo era um prestador de serviços à família, atendendo a todos os indivíduos que a compunham na sua própria casa, logo não havia escritórios ou ambulatórios médicos e os médicos ainda disputavam espaço no âmbito do trabalho com outros conhecedores da arte de curar.

No início do século XX, os médicos começavam a introduzir novos conhecimentos científicos na sociedade, buscando nela atuar com uma ciência capaz de solucionar e propor sugestões de mudanças para os problemas e conflitos do cotidiano, tais como: falta de saneamento básico, falta de calçamentos, proliferação de doenças, falta de coleta de lixo, ruas estreitas, mortalidade infantil, moradias precárias, distúrbios psicológicos, entre outros, que ultrapassavam as doenças que atingiam o corpo visando aplicar seus princípios e ganhar destaque no âmbito social.

A partir daí os médicos iniciavam um discurso voltado para o problema da moralização, dos cemitérios, do aleitamento, do casamento, das práticas de infanticídio, puberdade, prostituição, higiene militar, pobreza e alienação, dentre outros. Porém, como mostra Gondra (2003) não abandonavam os aspectos específicos da área como estudo de patologias, de técnicas de intervenção clínica e cirúrgica, farmacologia e obstetria, dentre outras. Portanto, a medicina na época voltava-se para o estudo de outros aspectos e objetos que faziam parte do dia-a-dia da sociedade que eram da competência do estudo de outras áreas da ciência e que a mesma apropriou-se para a criação de um novo ramo da área médica denominado de Higiene. Por meio desta, os médicos conseguiram intervir nos quatro cantos da sociedade brasileira, destacando uma preocupação primordial com as escolas, objetivando solucionar os problemas que afastavam o Brasil da civilização e com isso ganhavam reconhecimento social e se consagravam como representantes de uma grande ciência detentora de um saber diverso. (GONDRA, 2003).

Os profissionais da medicina ampliaram sua área de atuação a partir da criação de inúmeras especializações que tinham suas pesquisas voltadas para a investigação do dia-a-dia da população. Assim, as especializações ofertadas eram voltadas para o estudo da criminologia, da medicina legal, da saúde, da psicologia e da higiene, ao mesmo tempo em que diagnosticava vícios e leituras impróprias, que eram consideradas influenciadores do fracasso da sociedade. Logo, ao término do curso de medicina, os recém-formados médicos ingressavam nos cursos de especializações, almejando os certificados de especialistas para atuarem na disciplina da sociedade através da introdução de valores (GONDRA, 2003).

Nesta pesquisa o foco de investigação encontra-se em refletir como foi a intervenção realizada pela medicina na escola, buscou introduzir os preceitos higiênicos e como contribuiu com a meta de tornar a população brasileira civilizada, culta e saudável.

Sobre o final do século XIX e início do século XX, partindo da análise de dissertações apresentadas pelos alunos da Escola Médico-cirúrgica do Porto (Portugal), Antônio Gomes Ferreira (2003) assinala que a criança era tida como um dos principais assuntos de investigação dos médicos daquele período. Eles passavam a escrever dissertações a respeito dos cuidados como a higiene da criança, alertando que tais cuidados deveriam ser iniciados desde o período de gestação passando pelo parto, pós-parto, cuidados com a mãe e com o recém-nascido, destacando a importância do banho, das vestimentas, da amamentação, da alimentação, da hora de dormir, da prática de exercícios, das doenças infantis. Enfim, cuidados que iam desde o nascimento, passando pelos primeiros meses de vida e se instalando nas escolas, as quais passariam a ser um dos principais focos de estudo dos médicos do período.

Esses cuidados eram vistos como uma maneira de orientar as mães sobre o quanto era importante procurar ter e manter no período de gestação hábitos saudáveis para que fossem nascidas crianças com saúde e que a continuidade desses cuidados deveria ser mantida por toda a infância, introduzindo nelas preceitos higiênicos com a ajuda da escola para que fossem formados adultos fortes, saudáveis e civilizados. Do contrário, as faltas desses cuidados ocasionariam gestações de riscos que, ao chegarem ao término, dariam a vida a crianças com problemas de saúde que se prolongariam pela infância e permaneceria na fase adulta ou terminaria em óbitos. Ferreira (2003) mostra ainda que esses profissionais da área médica, embasados por inúmeros estudos, passaram a se sentir um único grupo de pesquisadores capacitados para intervir sobre a criança e a escola. Apoderando-se de um conhecimento

vasto, esses profissionais buscavam intervir não apenas no corpo, mas no social do indivíduo, assim, o campo médico buscou conhecer o lugar em que os indivíduos moravam, as condições de moradia, o seu trabalho, a sua formação familiar, a sua alimentação, ou seja, tudo que dissesse respeito a sua qualidade de vida. A escola tornou-se um alvo das discussões médicas a partir do momento que ela reunia, por uma boa parte do dia, um grande número de crianças, logo, era preciso pensar na higiene escolar.

Ferreira (2003) mostra-nos que surgem no período inúmeros trabalhos de médicos que tratavam da construção do prédio escolar, da mobília da escola, das doenças que poderiam se propagar no recinto escolar, da higiene pessoal, da aula e ainda propunham como deveria proceder com o trabalho pedagógico, ficando evidente a intervenção do campo médico não apenas na disposição física do ambiente escolar, mas também na organização escolar, com efeitos, nas práticas, materiais e métodos de ensino.

Portanto, para conhecer os problemas do cidadão e tentar resolvê-los era preciso conhecer o lugar, o local e como era o cotidiano das pessoas. Os médicos viam a escola como um espaço propício para conhecer os problemas que atacavam a população e também um meio para a propagação das soluções dos problemas, uma vez que o ambiente escolar reunia um grande número de alunos. Aí está o porquê de a escola tornar-se um dos assuntos principais dos médicos da passagem do século XIX para o XX.

Verificamos que os cuidados prescritos para com as crianças eram uma forma de prevenção para diminuir os índices de mortalidade infantil e para que tivéssemos o maior número possível de crianças saudáveis, que seriam instruídas a partir desses cuidados no ambiente familiar e escolar para que se tornassem, no futuro, cidadãos saudáveis, fortes e civilizados.

De acordo com Gondra (2003), a forma de intervenção médica nos trópicos partiu do uso de argumentos, procedimentos, investimentos em técnicas, criação de instituições, fabricação de tecnologias que possibilitaram o reordenamento dessa área do conhecimento. Porém, toda essa sofisticação não condizia com o conjunto de doenças como a dengue, a malária e febre amarela, por exemplo, e pelas quais vinham sofrendo por muito tempo a população brasileira. Pretendendo solucionar os problemas da população e levá-la a alcançar o grau de civilidade, era preciso envolver hospitais, presídios, hospícios, igrejas, cemitérios, quartéis, a casa e, principalmente, a escola em um processo civilizatório que entraria em desenvolvimento a partir da divulgação e realização de práticas de higiene. Elas seriam aos

poucos absorvidas pelos frequentadores desses espaços que também seria disseminadores dessas mesmas práticas em outros recintos contribuindo nessa maneira para uma rápida higiene daquela sociedade.

A higiene nesse período tornou-se, portanto, um ramo da ciência médica que procurava entender o homem por completo e nas suas relações com os outros e com o meio em que vivia no seu trabalho, deixando evidente que precisava abarcar todo conhecimento a respeito ^{do} indivíduo e suas relações. Assim, ela se preocupava com a idade, o sexo e os preceitos higiênicos que estavam diretamente associados aos ensinamentos no recinto do lar e no recinto escolar. Dessa forma, como mostra Gondra (2003), foram produzidos livros destinados aos meninos, às meninas, aos pais e professores, às mães e professoras e à sociedade. De modo geral, estes livros apresentavam orientações em forma de avisos, advertências e conselhos a respeito de uma boa educação voltada para os meninos e para as meninas, partindo de métodos estabelecidos pela ordem médica, a qual pretendia obter um reconhecimento social como a ciência apropriada para administrar os comportamentos que se davam na casa e na escola.

O campo médico nesse momento propôs um grande movimento de higiene da sociedade, que contou com o apoio de todas as instituições que assimilaram os preceitos higienistas e tornaram divulgadoras, bem como a criação de manuais e panfletagem de literaturas que em seu conteúdo trariam mensagens ^{de a conselleiro} conselheiras sobre higiene objetivando alcançar o maior número possível de cidadãos para que adotassem os princípios higiênicos e também se tornassem em suas casas, trabalho, rua, bairro, cidade, enfim, divulgadores de medidas de prevenção e saúde como relatou Gondra (2003) no artigo "Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem".

Logo, era importantíssimo divulgar todos os preceitos higiênicos, pois a partir de então não era preciso apenas curar os males da sociedade, era necessário, antes de tudo, também se prevenir dos males. E uma boa maneira para se prevenir era através da introdução dos preceitos de higiene no cotidiano dos cidadãos através de advertências, conselhos e avisos e informativos.

No início do século XX a cidade de São Paulo foi cenário de profundas mudanças tais como, o surgimento de largas e grandes avenidas, construção de palacetes, escolas (grupos escolares) que refletiam o que havia de mais moderno, enquanto, nas áreas mais periféricas encontravam-se bairros populosos, que surgiram a partir da imigração de europeus,

principalmente, italianos que deixavam as fazendas de café em decadência e eram atraídos para a capital em busca de empregos no setor fabril. No período, o Instituto de Higiene de São Paulo promoveu um "Curso de Higiene" ministrado aos estudantes de medicina, os quais encararam desenvolvendo um imenso interesse por assuntos que estavam relacionados diretamente à Higiene industrial e à Higiene escolar, possibilitando a criação de departamentos, inclusive o Departamento de Higiene Escolar, sob a direção do Dr. Almeida Júnior (ROCHA, 2003).

Notamos que os lugares que possuíam um maior número de indivíduos reunidos em um mesmo ambiente eram os que mais interessavam aos médicos, pois no próprio ambiente para que haja um bom desempenho das atividades era preciso que os princípios de higiene fossem colocados em prática e também porque uma vez que o indivíduo aprendia a importância de manter seu ambiente de trabalho e estudo organizado, o mesmo internalizava essa aprendizagem e passava a aplicar em casa em meio aos seus familiares, tornando-se um divulgador das práticas higienistas.

Ao tratar de higiene escolar, os médicos buscavam observar como se dava o dia-dia da escola e quais as condições de suas estruturas físicas e instalações, que possibilitassem de forma segura e confortável o ensino-aprendizagem. Logo, examinavam a mobília, as salas de aulas, a ventilação, a temperatura, a iluminação, o posicionamento do quadro-negro; ainda procuravam saber se havia inspeção médica das crianças e o maneira como era feita; e por último, buscavam identificar quais as doenças deveria justificar o afastamento das crianças da escola para evitar que uma criança infectada pudesse disseminar para as outras a doença, assolando dessa forma uma grande parte da população escolar (ROCHA, 2003).

Toda a preocupação com o ambiente escolar pode ser visto como uma maneira preventiva. ^{pois} buscava-se evitar os problemas de saúde futuros adquiridos devido à falta de conforto e princípios de higiene. Portanto, era pensado em um espaço que pudesse garantir a segurança dos que nele se encontravam e que não fosse causador de doenças, ^{daí} ~~por isso~~, as preocupações quanto às disposições dos mobiliários, da estrutura física, entre outros fatores que não bem orientados poderiam ser propagadores de doenças.

A partir de interesses comuns entre a administração pública e o campo da saúde médica, que defendiam a importância da ampliação de ações voltadas para a formação, que possibilitasse implantar novas práticas, fundamentadas na moderna higiene, tornou-se possível tornar o Instituto de Higiene de São Paulo em uma escola de higiene e saúde pública,

segundo Rocha (2003). A partir daquele momento, o Instituto passou a oferecer cursos de pós-graduação em profilaxia da malária e ancilostomíase, curso intensivo da Higiene rural e Instrução em Higiene para as alunas da Escola Normal. O curso ministrado para as normalistas consistia através de demonstrações e exercícios práticos ^{para} ensinar os princípios da higiene pessoal, da escola, até mesmo da casa, de acordo com Rocha (2003).

A partir daí, notamos uma intervenção direta do profissional da área da saúde na área da educação no momento em que os médicos passavam a visitar as escolas fiscalizando as instalações, a mobília, os materiais, os equipamentos, os recursos didáticos, enfim, a organização espacial, pedagógica e didática da escola orientando como os professores juntamente com a direção deveriam se portar diante de alguma epidemia que assolasse a população, e como deveria trabalhar os preceitos higiênicos com os alunos. Eles ainda poderiam elogiar, reprovar ou sugerir mudanças que procurassem atender melhor as crianças na escola. A presença dos médicos no ambiente escolar era, portanto, forte.

A escola primária era tida como um meio propagador de higiene para a população, uma vez que a mesma transparecia ser um lugar saudável que consistia em espaço amplo, arejado, iluminado, disciplinado, limpo, ensinando ^(crianças) as crianças a partir das advertências dos professores. Ensinavam-lhes sobre a importância de ter uma boa alimentação, de praticar exercícios físicos, dormir bem, tomar banhos frequentes, lavar as mãos antes de comer e depois de ir ao banheiro, limpar a sola do sapatos, não dizer palavrões, ser obediente, eliminar atitudes viciosas, enfim, adquirir hábitos saudáveis. Logo, a escola tinha a função de introduzir nos alunos hábitos que os prevenissem das doenças do corpo, mas também da moral enquanto eram crianças, pois era mais fácil instruí-los no caminho certo e, ao mesmo tempo, essas crianças tornavam-se agentes divulgadores da boa conduta, da boa índole, da honestidade, das práticas higiênicas em casa. ^Pportanto, através das crianças atingiam-se as famílias, ensinando-lhes um novo modelo de vida fundamentado no asseio pessoal e da forma de vestir, da higiene da casa, da alimentação e cuidados com os filhos (ROCHA, 2003).

A escola era tida como um veículo capaz de internalizar nas crianças conhecimentos sobre higiene, prevenção e saúde criando indivíduos higienizados que se tornavam agentes higienizadores em suas famílias e na sociedade a partir do momento que passavam a colocar em prática esses ensinamentos transmitidos pela instituição de ensino no seu cotidiano. Princípios de higiene podiam, assim, chegar ao interior do lar, atingindo o objetivo dos médicos de influenciar toda a sociedade.

No início da industrialização muitas crianças encontravam-se trabalhando nas fábricas desempenhando operação de máquinas, em péssimas condições de trabalho, recebendo baixos salários e trabalhando muitas horas por dia. Submetiam-se a acidentes de trabalho que resultavam na mutilação de membros, no adquirir doenças ou até mesmo na morte. Segundo Marques (2003), os empresários defendiam a ideia de que o ambiente das fábricas possibilitava uma oportunidade às crianças de garantir um trabalho para o futuro, ao mesmo tempo em que fora delas muitas crianças viviam perambulando pelas ruas experimentando vícios que as desviavam do caminho da honestidade, da disciplina e da boa conduta e moralidade, tornando-as adultos de má índole e levando-as para a criminalidade. A partir daí, policiais, juizes e médicos chegaram a pensar em uma escola premonitória, casas disciplinadoras, casas para infância desamparada e patronatos, que tinham como objetivo resgatar crianças e adolescentes da rua evitando que se tornassem pequenos mendigos que futuramente ingressariam no crime (MARQUES, 2003).

No início do século XX o Estado republicano decretou a autonomia da medicina sobre o controle social e da instituição familiar. Logo, a medicina passava a ser orientadora da vida privada dos indivíduos, ou seja, cada vez mais passava a intervir no ambiente familiar discutindo, orientando, prevenindo as famílias sobre diversos assuntos que antes eram vistos como vergonhosos ou jamais poderiam ser comentados em público. E que, a partir de então, passaram a ser expostos como as questões do corpo e do sexo como, a puberdade, a masturbação, a menstruação, da própria vida íntima dos casais, bem como a saúde e a higiene pessoal dos indivíduos tornaram-se temas de teses e artigos dos médicos publicados nesse período. Foram publicados sobre tais preocupações, por exemplo: "A educação da mulher" (Afrânio Peixoto, 1936), Relações entre o lar, o médico e a escola (Lourenço Baeta Neves, 1912) e a Bíblia da saúde (Renato Kehl, 1923). Os médicos higienista e sanitaristas objetivavam, de maneira geral, interiorizar em homens e mulheres que eles eram responsáveis por produzir indivíduos saudáveis e que esses ensinamentos deveriam ser repassados pelas gerações para que fossem perpetuadas a produção de indivíduos fortes e saudáveis (HERSCHAMANN e PEREIRA, 1994). Portanto, esta normatização da medicina não atingiu grupos isolados, foi expandida a toda a sociedade brasileira.

Assim, conforme mostra Gondra (2003), a medicina buscava diversificar suas linhas de atuação, criando especializações, como criminologia, medicina legal, higiene, saúde e psicologia, e se concentrou, principalmente, nos centros urbanos em áreas periféricas, onde

encontravam pessoas viciadas no álcool, na prostituição, em práticas consideradas imorais e ainda onde havia a maior disseminação de doenças porque eram regiões em que não havia saneamento básico, havia grande acúmulo de lixo nas ruas e agentes semeadores de doenças como os insetos. Para os médicos eram os excessos e desvios de conduta que corrompiam os homens, portanto, era preciso disciplinar a sociedade introduzindo valores e virtudes que destruíssem os vícios e perversões que ameaçavam os centros urbanos, principalmente as regiões periféricas.

Em todo esse cenário de mudanças sociais orientadas por princípios de Higiene, à escola foi dado importante papel. A fim de torná-la não só espaço de escolarização, mas de formação do cidadão republicano civilizado, a escola transformou-se e com a instituição dos grupos escolares tornou-se ainda mais, em centro difusor de práticas de Higiene, tendo até mesmo sua localização no espaço da cidade bem como o seu prédio pensado a partir de princípios de Higiene.

2.1.1 - Higiene no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, o presidente Antônio José de Melo e Sousa (1907-1908), em mensagem à Assembleia (RN. Mensagem, 1907) relatava que, apesar dos esforços dos presidentes anteriores, os serviços de assistência pública e de Higiene eram deficientes e incapazes de preencher os fins para os quais foram criados. Logo, preocupado com a deficiência da situação sanitária no estado, procurou promover reformas nos serviços de higiene e saúde pública com a criação da Inspetoria de Higiene, que buscava tomar providências contra a propagação de doenças, praticando a vacinação da população. Tal prática era aconselhada pelos cientistas como um meio profilático eficiente. A Inspetoria, posteriormente, passou a ser Diretoria de Higiene (1921) e depois Departamento de Saúde Pública (1924).

Em Mensagem de 1º de novembro de 1910 à Assembleia Legislativa, o Presidente do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão (1907-1913) fazia referência ao relatório do Inspetor de Higiene, Sr. (D.) Carlistrato Carrilho, no seu relatório que consignava o aumento da mortalidade de crianças, devido à falta de higiene alimentar e à extrema pobreza das classes populares (RN. MENSAGEM, 1910, p. 10).

Em Mensagem de 1º de novembro de 1917 à Assembleia legislativa, o Presidente do Rio Grande do Norte Joaquim Ferreira Chaves (1914-1919) fazia nova menção ao assunto. Mostrava um quadro representativo organizado pela repartição de Higiene que demonstrava que as afecções do aparelho digestivo foram a causa mais frequente da mortalidade infantil em Natal, afecções que se originaram de fatores diversos, entre os quais a falta dos cuidados ~~que~~ para com as crianças e o esquecimento dos preceitos aconselhados pela higiene infantil (RN. Mensagem, 1917, p.08).

As doenças atacavam a sociedade devido à falta de higiene no desempenho das atividades domésticas e, principalmente com os alimentos consumidos. Esse quadro se agravava mais com a falta de orientações de métodos de higiene. Por isso a divulgação das medidas de prevenção era tão importante, pois através delas muitas doenças contraídas pela população poderiam ser evitadas.

Ainda no governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1919), o governador relatava que se vacinaram e revacinaram-se na repartição competente 515 pessoas e distribuíram-se algumas centenas de tubo de vacina pelos colégios, quartéis, consultórios médicos da capital e autoridades do interior do Estado (RN. Mensagem, 1918, p.07). Ações voltadas para a prevenção de doenças eram concretizadas, assim, via vacinas. A vacinação era uma maneira eficaz de prevenir a população de determinadas doenças. Mas, para isso, era preciso informar e aconselhar os indivíduos da importância da vacina e ~~que~~ também era preciso adquirir hábitos saudáveis e introduzir os preceitos de higiene que deveriam ser colocados em prática no cotidiano.

No governo de Antônio de Melo e Souza (1920-1923) em mensagem à Assembleia Legislativa, em 1923, o governador relatava que estava funcionando em Natal o serviço médico-escolar, criado pelo decreto de 09 de maio. Os dados resultantes dos exames procedidos pelos inspetores, Dr. Santiago e Dr. Octaviano Varela, até 30 de setembro de 1923, se não desanimadores, também não recomendavam o estado sanitário da população infantil. Além, da cárie dentária, que em um total de 353 examinados apresentava a lamentável proporção de 235, eram frequentes as pediculoses, as adenopatias, a hipertrofia das amígdalas, os defeitos do aparelho visual (miopia 36 casos), e não muito raros defeitos da audição, as escolioses e moléstias acidentais, segundo o governador (RN. Mensagem, 1923, p.8-9).

Notamos que o médico ia até as escolas e procura diagnosticar quais ~~os~~ problemas atacavam os alunos devido à má utilização dos materiais didáticos dispostos, bem como do mobiliário, da estrutura física, entre outros fatores como água que as crianças bebiam ou a merenda que era servida. Poderiam ser os causadores das doenças. Uma vez que não era o ambiente escolar o propagador da doença, logo a casa do aluno poderia ser o contribuinte para o agravamento do problema da criança. Logo, era importante que a criança observasse e participasse da aplicação do preceitos higiênicos no ambiente escolar para que pudesse aplicá-los também em casa.

Para proteger as crianças tornava-se indispensável proteger os pais. E a proteção dos pais devia consistir em defendê-los dos vícios e das moléstias contagiosas, educando-os higienicamente e ao mesmo tempo saneando o meio em que eles viviam pela erradicação de todos os vícios e doenças. De acordo com o governo norte-rio-grandense, ao lado de medidas de saneamento e defesa profilática, deveriam existir estabelecimentos hospitalares, dispensários, centros de saúde, escolas de mães e de futuras mães, assistência pré-natal, entre outros. A proteção e a assistência às crianças deveriam consistir na criação de policlínicas, consultórios de higiene infantil, maternidade, creches, hospitais, cursos de ginásticas naturalistas, escolas ao ar livre e de educação sanitária, por exemplo. (RN. Mensagem, 1929, p. 65).

De acordo com o governo do estado, o Departamento de Saúde Pública do Rio Grande do Norte intensificou de ano para ano, os serviços feitos pelas inspetorias sanitárias, tais como: higiene das construções e reconstruções; inspeção médica dos empregados domésticos e comerciais; notificação obrigatória de moléstias transmissíveis; vacinação obrigatória de moléstias transmissíveis; polícia sanitária; vigilância sanitária; verificação de óbitos; posto de fiscalização do leite; serviço de profilaxia da oftalmia dos recém-nascidos; serviço de assistência em domicílio; assistência dentária escolar. Objetivava-se também a criação de uma escola de educação sanitária, tendo como finalidade principal o preparo de educadoras sanitárias e enfermeiras visitadoras para as escolas (RN. Mensagem, 1929, p.65-72).

O ambiente escolar tinha uma importância fundamental na execução das práticas higienistas, bem como na divulgação delas. Porém, não só a escola primária seria palco das discussões de higiene. Buscava-se abrir cursos para a formação de educadoras sanitárias, as quais eram incumbidas de alertar toda a população quanto à necessidade de prevenção das

doenças, evitar os vícios e o tratamento de moléstias. Era uma forma de atingir o público que não frequentava a escola primária.

No início do século XX, discussões sobre higiene e saúde infantil foram defendidas por educadores da capital do Rio Grande do Norte, os quais tomaram para si a responsabilidade de propagarem hábitos saudáveis e buscavam combater os vícios que rondavam as crianças como o álcool e tabaco, que eram responsáveis pela deterioração do corpo, segundo Ferreira (2011). Segundo a autora, era inexistente produção de artigos que debatessem a higiene infantil, logo, a imprensa local buscava em outros estados artigos que tratavam de temas sobre higiene corporal, asseio, doenças transmissíveis, influência dos hábitos viciosos prejudiciais ao corpo e à mente, da criança. Esses artigos eram publicados como maneira de disseminar preceitos de higiene para a sociedade da capital caminhar para civilização, segundo a autora.

Mas, é possível encontrarmos registros sobre a higiene na imprensa da época e partindo de experiências em âmbito local. Por exemplo, da edição do jornal "A República" de 11 de junho de 1924, n. 130, à edição de 06 de julho de 1924, n. 150, foram localizados seis registros sobre o assunto, intitulados: Pela Hygiene I, Pela Hygiene II, Pela Hygiene III, Pela Hygiene IV, Pela Hygiene V, Pela Hygiene VI. Há também registros que mostram o histórico das atividades da "Directoria de Hygiene" (A República. Natal, 16/07/1924, p.2).

Houve iniciativas importantes no campo da assistência médica em Natal, de acordo com Ferreira (2011, p. 130-140). Elas podem ser creditadas, por exemplo, ao Orfanato ^{Piedade?} João Maria e ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Este dedicado aos cuidados da saúde das crianças. A iniciativa do governo era pequena, pois predominava o caráter de caridade de iniciativas particulares, a exemplo do Lazareto da Piedade. O Hospital Juvino Barreto, criado no governo de Alberto Maranhão, apesar de leitos destinados à maternidade, não contava com ala pediátrica. Mas, sua existência tentou fundar em Natal, a superação do modelo de caridade pelo modelo científico.

Em relação ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância, como órgão do Estado, deveria prestar contas à população de suas ações. Para isso, eram publicados periodicamente no jornal "A República" o número de crianças que eram vacinadas, a ^{providência} providência delas e sua caracterização, como cor e idade, além da contabilidade das mortes, a faixa etária em que ocorriam e, sobretudo, suas causas, conforme Ferreira (2011).

2.2 - ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

No início do século XX no Brasil, estudiosos de diversas áreas do conhecimento (educação, medicina e engenharia) discutiam a projeção que o país deveria tomar para consolidar o regime republicano e superar o atraso herdado do regime monárquico. Esses estudiosos, detentores de um conhecimento técnico e especializado, reivindicavam a responsabilidade pela organização social e seus discursos foram se constituindo por diretrizes básicas da sociedade brasileira e proclamavam a necessidade de um ensino prático eficiente para que pudessem superar as deficiências e ^{passar} ingressar o país ^{no} no caminho da civilização ^{ocidental} tomando como referencial os países europeus e os Estados Unidos. (HERSCHAMANN e PEREIRA 1994). Logo, a proposta era que o Brasil expandisse a educação a todas as classes sociais, principalmente, as mais inferiores economicamente pretendendo tornar a população brasileira letrada por via da instrução, que era no momento, um sinal de desenvolvimento de um país.

A escola passa a ser considerada nesse momento como um dos fatores essenciais para que o país superasse o atraso e se tornasse um país moderno, culto e civilizado através da transmissão de valores culturais, morais e republicanos. Para isso era necessário pensar em uma formação escolar mais aprimorada para a população. Portanto, questionava-se por onde ou por quem iniciar-se a instrução da sociedade brasileira.

Segundo Vieira (2011), o alvo primeiro e principal da educação seria a instrução das crianças por acreditar que se elas fossem instruídas desde a infância, ~~o~~ futuramente tornar-se-iam os adultos educados através desse processo de escolarização. Partindo dessa política educacional, tornou-se pouco a pouco obrigatório que os pais enviassem suas crianças em idade escolar para as instituições de ensino para que elas aprendam a escrever, a ler, a contar, os princípios de higiene, comportamento, conduta, moral e civismo.

No texto “Educação e reforma” que é uma versão atualizada dos originais de Lutero “Aos Conselhos de Todas as Cidades da Alemanha para que Criem e Mantenham Escolas”(1524) e “Uma Prédica para que se Mandem os Filhos à Escola”(1530) presentes na Coleção “Lutero para Hoje”, publicada em 2000, propunha-se uma educação coletiva, na qual as crianças fossem enviadas pelos pais uma ou duas horas à escola para aprenderem a língua nacional, aritmética, gramática, história, entre outras áreas do conhecimento e ao retornarem

para casa deveriam realizar algum serviço doméstico associado ao ensino do evangelho formando assim bons cristãos para atuarem na sociedade como pregadores do evangelho ou como autoridades seculares.

Erasmus de Rotterdam (2009) em sua obra "De pueris" (Dos meninos) escrita no século XVI, mas que tem validade para dialogar com produções científicas sobre educação, pois também faz teorizações que mostram a criança como um ser que tem tendência à imitação, por isso a educação iniciava primeiro pelos pais que deveriam dar bons exemplos de comportamento, conduta e ensinar virtudes. Em idade maior ao irem para as escolas essa responsabilidade de educar passava ser também dos preceptores que deveriam ser pessoas de boa índole que ensinassem a língua nacional, aritmética, gramática, entre outros conhecimentos e ainda instruissem as crianças para as virtudes e as boas condutas sem pregarem castigos físicos e psicológicos.

Portanto, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela tentativa de organização da escola primária no Brasil que consistiu na criação de maneiras mais eficazes de controlar as escolas, na substituição dos professores leigos por professores diplomados, na abertura de mais escolas normais comprometidas com a formação de jovens professores capacitados para exercer o magistério, de implantação das escolas graduadas reunindo em um só prédio as escolas isoladas objetivando a criação de um espaço físico próprio materializando a escola (grupos escolares), a substituição do ensino individual que consistia em passar as lições individuais para cada aluno pelo ensino simultâneo que caberia ensinar aos alunos todos de uma única vez, a utilização de um método que pensasse um ensino inovador (VIEIRA, 2011). Dessa maneira pretendia-se que ocorresse uma alteração de maneira eficaz na pedagogia, na abertura de novas escolas, na formação de novos professores e as novas práticas de ensino.

Para atender às novas exigências da escola, em meados do século XIX, a Pedagogia, assim, como outros saberes, propôs-se atender aos estatutos da ciência, introduzindo-se na discussão geral do pensamento moderno por meio das contribuições de outras áreas como a Sociologia e a Psicologia, ocorrendo a sua institucionalização como ciência específica, elaborando-se conceitos válidos de forma universal tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, segundo Azevedo (2009). A Pedagogia afirmou-se como uma ciência produtora de conhecimento científico capaz de dar suporte para o desenvolvimento de estudos e pesquisas contribuintes para um ensino inovador através da publicação de artigos que

Longo de mais

?

relatavam como trabalhar e aplicar novas práticas e métodos de ensino, consequentemente mostrando seus resultados positivos ou negativos, possibilitando repensar as práticas e os métodos a serem aplicados buscando aprimoramentos e tendo as salas de aula como laboratórios de pesquisa.

A formação dos professores nesse momento, passagem do século XIX para o XX, era uma das preocupações tendo em vista que esses profissionais, em sua maioria, eram pessoas leigas que possuíam noções básicas de conhecimento e que repassavam para os alunos em sua residência, onde funcionavam as escolas isoladas e possuíam poucos professores habilitados para o exercício do magistério. Portanto era necessária a criação de Escolas Normais com objetivo de formar professores que pudessem atender às exigências da escola primária, segundo Azevedo (2009). De acordo com a autora, em Sergipe, particularmente, as mulheres passaram a ser presença marcante nas escolas normais por ser uma profissão aceita que fosse desempenhada por mulheres, que normalmente eram moças de classe média que buscavam ter uma profissão, um emprego, interessada no reconhecimento social e recebiam baixos salários.

No caso do Rio Grande Norte, em Mensagem à Assembleia Legislativa, o Presidente Antônio José de Melo relatava que era quase inexistente a presença de professores capazes, sendo preciso buscar em outros estados, onde eram numerosos os moços diplomados, com habilidades suficientes para o exercício do magistério, enquanto, restabeleciam a Escola Normal para a formação de professores primários (RN. Mensagem, 1907). Diante dessa necessidade de formação de novos mestres a Escola Normal passou a funcionar em 1908 com 67 estudantes de ambos os sexos, possibilitando em um ano a formação de profissionais para substituir os diretores e mestres contratados de outros estados (RN. Mensagem, 1908).

Esses profissionais de educação diplomados eram responsáveis por ensinar os conteúdos aplicando todo conhecimento prático e metodológico adquirido no curso, mas também se preocupavam com a formação do aluno para vida em sociedade, ensinando aos alunos os bons costumes e virtudes.

Azevedo (2009), ao analisar a implantação dos grupos escolares em Sergipe, mostra-nos que os grupos escolares, nesse momento, vão corresponder a um novo modelo escolar implantado na transição do século XIX para o século XX no Brasil e que objetivava reunir em um só prédio as escolas isoladas de uma determinada localidade, marcando o surgimento de uma nova organização administrativa, pedagógica e metodológica para a escola. Também

propondo modificações e inovações que pretendiam contribuir para a República por meio da divulgação de seus ideários, sobretudo, de modernidade.

Pinheiro (2002, p. 178), por sua vez, ao analisar os grupos escolares na Paraíba, afirma que:

Pode-se salientar, ainda no âmbito das questões pedagógicas, que, a partir da implantação dos grupos escolares, a graduação do ensino primário em séries foi mais sistematicamente efetivada. Foram estabelecidas classificações, com o objetivo de tornar as "classes" iguais e homogêneas, considerando-se a idade dos alunos e seu nível de domínio dos conteúdos. (2002, p.178)

Os grupos possibilitaram consagrar nas escolas públicas muitas práticas de ensino que faziam uso de recursos didáticos modernos como ~~mobília~~ mobiliária adequada, quadro-negro, livros didáticos, mapas, uma nova metodologia, entre outras ações e materiais considerados essenciais para um bom desenvolvimento do ensino primário, bem como a exigência de professores normalistas diplomados, como demonstra Azevedo (2009). Eram meios utilizados para o desenvolvimento de um ensino inovador focado na aprendizagem dos alunos visando o estabelecimento de ideais e os valores republicanos.

Pensando em um ensino inovador voltado para a construção do conhecimento pelos alunos, os programas de ensino no Estado de Sergipe eram distribuídos pela Diretoria de Instrução Pública para os grupos escolares e entregues a cada um professor. Além dos conteúdos eram apresentadas formas de como melhor trabalhá-los. Objetivava-se que o professor ensinasse a partir de objetos do cotidiano ou do conhecimento dos alunos que ele pudesse mostrar em natureza ou pintura. O professor não ditaria regras, teria ele a partir de então, o papel de orientador no desenvolvimento dos estudos da criança (AZEVEDO, 2009).

Essa prática de ensino pode encontrar relações com a pedagogia de Rousseau na obra clássica "Emílio ou da educação" que teorizava sobre a concepção de educação da criança que aprende em contato com a natureza e com as coisas que estão em sua volta de maneira natural, sem acelerar o desenvolvimento educativo, cabendo ao preceptor orientar a criança, não intervindo, apenas acompanhando e mantendo-a afastada dos vícios que pudessem ^{VIR} ~~vir~~ a corrompê-la.

O método utilizado pelos professores dos grupos escolares era o método intuitivo, que consistia no uso abundante de inúmeros recursos didáticos com objetivo de obter um

aprendizado produtivo em que os alunos fossem capazes de pensar e produzir conhecimentos cabendo ao professor definir qual a melhor maneira de abordar os assuntos trabalhados em sala de aula para que ocorresse satisfatoriamente o processo de ensino-aprendizagem.

Azevedo e Stamatto (2012) mostram que assim, o professor poderia adaptar ou criar processos mais naturais e eficientes de aprendizagem e aos alunos caberia absorver a orientação para desempenhar com satisfação suas atividades cotidianas. Esse método era contrário ao método tradicional que estabelecia a repetição e a memorização como base da transmissão do conhecimento do professor para os alunos, que apenas assimilavam e acomodavam esse conhecimento. Com os grupos escolares foi também difundido o método de ensino simultâneo que também se opunha aos métodos que vigoravam no período, que reuniam em uma única sala alunos de faixa etária diferente e de vários níveis de ensino consistindo no ensino individual e mútuo. Essas novas práticas de ensino orientavam os professores sobre a melhor maneira de transmitir os conteúdos que passavam a ser uniformizados, assim como, outras matérias utilizadas em sala de aula, as quais se tornavam indispensáveis para que os alunos acompanhassem as atividades e obtivessem uma aprendizagem positiva (AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

Para que houvesse uma excelente aplicação do método intuitivo no ensino primário fazia-se necessário o uso de vários recursos pedagógicos e objetos próprios para cada uma das disciplinas escolares tais, como mobília, mapas, livros didáticos, canetas, quadros-negros. Porém, tanto no estado de Sergipe como no estado do Rio Grande do Norte houve problemas, nem sempre tiveram esses recursos disponíveis para o desempenho das atividades cotidianas, como mostram Azevedo e Stamatto (2012). Em Sergipe o uso do método na escola pública sofreu rejeição por parte de alguns pais que acabaram tirando seus filhos de grupo escolar e matriculando-os em escolas particulares que faziam uso do método tradicional; os mesmos consideravam a aplicação do método intuitivo falha ou ineficiente. Ocorrida no grupo escolar da cidade de Estância-SE, isso ocasionou uma diminuição no número de matrículas no grupo escolar da cidade e um aumento nas matrículas das escolas particulares. (AZEVEDO, 2009).

Podemos relacionar o ensino tradicional à concepção bancária de Paulo Freire (1987). De acordo com o qual a educação consiste na transferência do conhecimento pelo professor para o aluno que assimilava todo o conteúdo e passava a repeti-lo. Logo, o professor era tido como um detentor do saber e os alunos meros receptores desse saber que deveria ser memorizado e guardado pelos mesmos. Apesar das buscas por modernizar o ensino no Brasil,

essa forma de conduzir o ensino avançou ao longo do século XX, fazendo com que o autor assim o qualifique de “ensino bancário” no qual o aluno é depositário do conhecimento.

Os exames escolares foram uma das inovações pedagógicas implantadas nas escolas no período republicano, os mesmos eram uma forma de organização e ordenamento dos alunos em classes e séries. Eles também se tornavam documentos expostos à análise para aprovar ou desaprovar o trabalho que a professora vinha desempenhando, era condizente com o aprendizado dos alunos. Também podemos destacar a importância do ensino mútuo que consistia no ensino de vários alunos ao mesmo tempo, cabendo aos professores se esforçarem mais para transmitir os conteúdos de forma clara e precisa, visando promover o ensino de forma igualitária a todos. A instituição dos exames escolares merece destaque pelo seu significado frente à sociedade. Por meio dos exames públicos, a escola demonstrava a sua qualidade, a eficiência do seu ensino e juntamente a isso fornecia uma espécie de credencial que denunciava a posse da cultura letrada. Logo, os exames mostravam para população que os alunos dos grupos escolares submetidos a esses exames eram melhores instruídos e o ensino ministrado nessas instituições de melhor qualidade (AZEVEDO, 2009).

A organização das escolas passava a se preocupar com os cuidados da saúde dos alunos. Em Sergipe, a Diretoria de Instrução Pública solicitava ao Serviço Sanitário as vacinas necessárias e ainda requisitava aos grupos escolares a estatística dos alunos vacinados e não vacinados. Pretendia-se com isso ter alunos vacinados com saúde e evitando acima de tudo que houvesse epidemias de doenças. Azevedo (2009) mostra-nos que, de acordo com as orientações da Diretoria da Instrução, quando se diagnosticava uma criança doente na escola, ela era mandada para casa e só retornava quando estivesse curada para evitar contaminação. A matrícula nas escolas estava, inclusive, condicionada à apresentação do atestado de vacinação.

Segundo Azevedo (2009) no estado Sergipe a escola primária no início da República possuía diversas funções no que se refere a ações com caráter de higiene. Precisaria acrescentar nos alunos desde a infância hábitos saudáveis, incentivando as mesmas a tomar banhos frequentes, a escovar os dentes, cortar as unhas, não levar as mãos à boca, lavar as mãos antes das refeições e depois do banheiro, enfim, medidas higiênicas; também orientava-os para evitar os vícios e incentivava-os à prática de exercícios físicos; ainda orientava-os a respeito de maneiras preventivas para evitar adquirir doenças contagiosas. Um desses conselhos era sempre levar um copo individual, evitando que as crianças usassem copos coletivos.

Compreendemos a razão do porque as crianças eram alvo da preocupação com a higiene. Elas eram mais fáceis de assimilar os preceitos higiênicos, os quais introduzidos desde cedo seriam interiorizados para a vida adulta e elas ainda se tornariam divulgadoras desses cuidados com a higiene e a prevenção de doenças em casa e na sociedade.

2.3 - OS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

No final do século XIX e início do século XX no Brasil, foi implantado um novo modelo de escola denominado de grupo escolar, inicialmente, no Estado de São Paulo. Segundo Souza (1998, p. 16), “[...], os grupos escolares consistiram em escolas modelares onde era ministrado o ensino primário completo com um programa de ensino enriquecido e enciclopédico utilizando os mais modernos métodos e processos pedagógicos existentes na época”. Para trabalhar nos grupos escolares como professor, era preciso uma formação cuidadosa, a fim de que o profissional dominasse novos métodos de ensino, incorporando a percepção sobre um novo modelo educacional. Nesse sentido, de acordo com Souza (1998, p. 16),

[...] eles necessitaram da produção de um novo profissional, isto é, professores com o domínio dos novos métodos de ensino. A construção de um saber e de um saber-fazer docente foi configurada a partir da imposição de modelos educacionais pelo Estado, pela fragmentação do trabalho pedagógico (a cada professor uma classe, a cada horário uma matéria) e pela redistribuição do poder no interior da escola.

Após serem implantados em São Paulo, eles se expandiram, para as demais capitais do país tornando-se uma política dos estados. Esse novo modelo de escola pública introduziu inovações no ensino primário que possibilitou a criação de uma cultura organização administrativa, pedagógica e didática da escola (AZEVEDO, 2009).

Os grupos escolares correspondiam a uma modalidade escolar que possuía métodos inovadores, avançados, modernos para o ensino primário que se contrapunham aos métodos ultrapassados utilizados pelas escolas de primeiras letras do período imperial. Portanto, essa escola republicana tinha como objetivo primordial agrupar em um só prédio e sob uma única direção todas as escolas isoladas de uma determinada localidade de acordo com o crescimento

da população escolar. De acordo com Azevedo e Stamatto (2012), de modo geral, as primeiras escolas a serem agrupadas eram as da capital e depois as das sedes dos municípios do interior que demonstravam um crescimento econômico, político e populacional significativo e por isso exigiam do Estado investimentos para a construção de grupo escolar. Enquanto, as localidades que não demonstravam nenhum crescimento da população em idade escolar continuavam existindo e funcionando as escolas isoladas ou multisseriadas. Mas, poderiam ainda, como ocorreu no Rio Grande do Norte, serem criados por determinação ampla da ação governamental. Pela reforma que instituiu os grupos ^{escolares}, determinou-se que deveria ser criados pelo menos um grupo escolar em cada sede de comarca. Pereira

Em 1907, o governo do Rio Grande do Norte era autorizado pela lei nº 249, de 22 de novembro, a reformar a instrução pública do Estado. Em 5 de março de 1908 (Decreto nº 174), criava ^{no} no bairro da Ribeira o primeiro grupo escolar norte-rio-grandense – Grupo Escolar Augusto Severo. Também era restabelecida a Diretoria Geral da Instrução Pública (extinta em 1905), criada novamente a Escola Normal e instituídos os grupos pelo Decreto nº 178, de 29 de abril de 1908. Estipulava o estabelecimento de pelo menos um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada um dos outros municípios do Estado (AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p.40-41).

Azevedo e Stamatto (2012) mostram-nos que, em cinco anos, foram criados 24 grupos no estado do Rio Grande do Norte, nem sempre com prédio próprio. O primeiro grupo escolar que contou com a construção de um imóvel para suas instalações foi o Grupo Escolar Augusto Severo, localizado em um lugar nobre de Natal, entre o primeiro prédio da Escola Doméstica e o Teatro Alberto Maranhão, apresentando as seguintes características: “se enquadra ao estilo eclético da arquitetura francesa, dos finais do século 19 e início do século 20, possui elementos de Art Nouveau e tem elementos justapostos às características neoclássicas e do rococó”. (Moreira, 2005 *apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 41).

Apesar da construção de 24 grupos escolares, Azevedo e Stamatto (2012) relatam que o número de dessas instituições de ensino primário consideradas o melhor tipo de ensino ainda eram inferior aos números das escolas isoladas que funcionavam no Estado Rio Grande do Norte, tendo em vista, que as escolas isoladas atendiam as localidades e municípios que a quantidade da população não demandava ainda a criação de um grupo escolar.



Figura 1 - Grupo Escolar Augusto Severo, Natal-RN.

Acervo pessoal de Ana Zélia Moreira (2004) *apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 41.

Essa nova modalidade de escola pública exigia uma edificação própria para sua instalação e funcionamento, inaugurando, dessa maneira, buscava materializar a escola como uma instituição democrática da sociedade. Essa construção tinha sua planta contratada a arquitetos e engenheiros que teorizavam que esses prédios deveriam ser construídos em áreas planas e de preferência em área central nas proximidades dos principais prédios das cidades que eram a prefeitura, a câmara dos vereadores, a igreja e a praça. Logo, afastada das regiões periféricas, pois era um monumento arquitetônico que fazia parte dos principais imóveis do município que deveria ser olhado e prestigiado pela sua população em períodos de festividades e cerimônias, ao mesmo tempo transparecer elegância, modernidade, progresso, ascensão, enfim, ideários que rondavam no período republicano (AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

A edificação própria era uma maneira de materializar a escola na cidade, pois antes da construção de um espaço físico para a escola a mesma funcionava na casa do mestre-escola e mudava-se ou morria junto com o professor que carregava a escola consigo. A partir da construção do espaço físico o professor passou a ser um integrante da escola que poderia

deixar a instituição escolar quando quisesse ou fosse preciso, mas o prédio continuava no mesmo local, conforme Azevedo e Stamatto (2012, p. 52).

No estado de Sergipe, segundo Azevedo (2009), os prédios eram organizados e divididos em diferentes espaços como: sala de professores, salas de aulas, laboratórios, pátios, banheiros, entre outros. Seguiam-se os princípios pedagógicos e higienistas que possibilitavam através dessa divisão espacial ensinar normas e regras de comportamento, hierarquização e controlar de maneira precisa o funcionamento da instituição de ensino. Essa arquitetura planejada, segundo a autora, exercia uma função disciplinar implícita condicionando comportamentos e ^{espaçalizando?} especializando ordem, por exemplo, a sala dos professores ← um espaço de domínio desses profissionais e ainda facilitava o controle da dispersão dos alunos nas escolas, uma vez que as salas tinham as portas voltadas para o pátio possibilitando observar tudo o que acontecia na escola, logo, os alunos eram vigiados em todo horário desde que entravam na escola até no recreio e o desrespeito aos preceptores ocasionava na suspensão e dependendo da gravidade da desobediência até mesmo na expulsão da instituição.

Os grupos escolares incorporaram o método intuitivo que se baseava nas ideias da Escola Nova que consistia no ensino a partir do conhecimento prévio dos alunos, por meio de exemplos do cotidiano para ensinar os conteúdos, uma vez que ~~o~~ ensino e a aprendizagem fundamentavam-se em não mais o professor repassar todo o conhecimento e os alunos apenas receber informações e armazená-las. A partir de então, os alunos eram instruídos a pensar sobre os assuntos ministrados e o professor passava a ser um mediador desse conhecimento orientando a formação das ideias e opiniões dos alunos. Para a boa aplicação desse método era preciso vários recursos didáticos como o quadro-negro, mapas, livros, canetas, mobília, entre outros que possibilitassem um eficiente processo de escolarização (AZEVEDO, 2009). ?

Em relação à prática do método intuitivo no Rio Grande do Norte, em 1924, o diretor do Departamento de Educação, Nestor dos Santos Lima, reclamava da falta de materiais em parte dos grupos. O diretor afirmava serem raros os grupos escolares que possuíam o material pedagógico necessário para a concretização das lições e, conseqüentemente, da educação dos sentidos e da inteligência. A falta dos recursos para o ensino tornava abstrata a aprendizagem, caracterizando uma organização escolar antiga. Diferente, portanto, daquela pautada pelo método de ensino intuitivo (*apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 58).

O cotidiano escolar dos grupos de diferentes estados do País era marcado por uma série de eventos com exposição de trabalhos, festas, visitas, hinos, recepção de certificados, onde

nos grupos

poderiam ser premiados alunos ou turmas com elogios, com assento especial, com a inclusão do nome em um quadro determinado de honra. Souza (1998) e Azevedo (2009) mostram-nos isso ao analisarem os grupos escolares em São Paulo e em Sergipe, respectivamente. Tudo isso era uma forma de reconhecimento do desempenho do aluno durante as aulas e todo ano letivo funcionado como uma maneira disciplinar de elevar os que destacavam e despertar nos demais um empenho maior para alcançar bons resultados.

Nos grupos também era frequente a realização de solenidades e comemorações de datas cívicas, que às vezes contavam, inclusive, com o pronunciamento das autoridades do Estado, que aproveitavam o momento para fazerem ^{referência} reverência a fatos e personagens históricos da República. Essas práticas das escolas possibilitavam exaltar e interiorizar nas crianças os valores republicanos de amor à pátria, à bandeira e aos heróis brasileiros (SOUZA, 1998; AZEVEDO, 2009).

No Rio Grande do Norte, eventos como esse também foram registrados. Rocha Neto, citado em obra de Azevedo e Stamatto (2012), mostra que as festas contavam com diferentes pessoas da comunidade, o ano letivo era encerrado com eventos recreativos, cívicos e esportivos, como foi o caso registrado no livro de eventos de 1930, do Grupo Escolar Senador Guerra, em Caicó-RN:

No encerramento, ouviu-se pela amplificadora uma brilhante oração cívica do professor Tobias dos Santos. Em seguida, o Centro Regional de Escoteiros realizou várias evoluções, provas escoteiras, uma pirâmide, jogo de indução e o cabo de guerra. Ouviram-se palmas e vivas dos alunos e do povo em geral. Constatou na mesma uma partida de voleibol entre equipes femininas do Grêmio Litero-Esportivo Escolar Sociedade Desportiva deste educandário (ROCHA NETO, 2005, 159 *apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 87).

Em anos anteriores, problemas existiram nos grupos escolares do Rio Grande do Norte. Em 1909, o Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução Pública do estado, ao se referir ao ensino primário, declarava que Natal possuía uma população infantil considerável, mas que apenas duzentas crianças recebiam escolarização e que a instrução era feita por métodos antigos e que com pequenas exceções, os prédios careciam de condições de higiene e de mobiliário próprio. Os alunos aglomeravam-se em alas estreitas, sem alas para recreio e latrinas sanitárias. A necessidade de movimentos físicos das crianças não recebia atendimento. Segundo o Diretor, nem se cogitava a Educação Física, pois até mesmo se proibia os livres jogos recreativos, importantes ao crescimento da criança (RN: Relatório,

15/10/1909). Diante desse quadro, torna-se importante verificarmos como preceitos de Higiene influenciaram a organização dos grupos escolares implantados no estado a partir de 1908. Isso será visto no capítulo 3.

CAPÍTULO 3 - HIGIENE E GRUPOS ESCOLARES NO RIO GRANDE DO NORTE (RN)

O início do século XX no Brasil, como já citado no capítulo anterior, foi marcado por profundas mudanças no âmbito político, econômico, social e cultural precedentes à implantação da República. Esse momento encontrava-se impulsionado por uma expansão econômica maior, fazia-se necessário civilizar a sociedade elevando o país a um projeto moderno inspirado nos países europeus e nos Estados Unidos que possibilitaria ao Brasil se afastar dos resquícios do período Imperial e Colonial (HERSCHAMANN e PEREIRA, 1994).

Associados ao ideário de modernização, os conhecimentos científicos do campo das ciências médicas, no campo da educação e da engenharia irão constituir a base de formação da identidade nacional do país. Nessa perspectiva as noções de “moderno” e “modernização” se firmam com a ideia de progresso, caracterizados a partir dos discursos intelectuais e pelos projetos de intervenção junto à sociedade. Assim, a modernidade exigiria um quadro institucional possível para a transformação da realidade do País, a partir dos campos da saúde, da educação e da engenharia (PAIVA, VIVEIROS e NETA, 2011).

Sobre a ideia de modernidade temos a teorização do historiador Jacques Le Goff, citada por Viveiros (2011), que define que “a ideia de modernidade surge quando há um sentimento de ruptura com o passado” e, nesse sentido, podemos dizer, de acordo com a autora, que a modernidade é um conjunto amplo de modificações na estrutura da sociedade, a partir da instituição de novos padrões de valores e, conseqüentemente, da aquisição de novos comportamentos.

Nesse período, os preceitos de medicina passavam a ser vistos como práticas higienistas. Na passagem do século XIX para o XX, os médicos, ao afirmarem que a medicina era propiciadora da saúde dos cidadãos, procuravam demonstrar que ela poderia contribuir para o progresso do país. A higiene, ao atender para a observação, a descrição e a proposição acerca de problemas sociais, incluindo-se aí a questão da educação escolar, passava a ser compreendida como medicina do social, como bem afirma Viveiros (2011).

A escola primária também nesse período vai ser possuidora de diversas funções que consistiam no ensino simultâneo, na utilização do método intuitivo, no uso de recursos e

materiais didáticos diversos, professores diplomados, ou seja, uma série de mudanças educacionais que buscavam inserir no espaço escolar inovações pedagógicas e metodológicas almejando oferecer a sociedade um ensino inovador. Entre essas funções, podemos acrescentar, ainda, como relata Azevedo (2009), o objetivo de contribuir para acabar com os vícios, cultivar hábitos saudáveis desde a infância. Dessa maneira promovia atitudes higiênicas na sociedade com o objetivo de privá-la das doenças.

Logo, percebemos que a escola era tida como necessária para o desenvolvimento do país. Além da obrigação de ensinar ao indivíduo os conteúdos científicos ainda tinham o dever de instruir esse indivíduo para a vida em sociedade, formando-o como um todo. Por isso, a importância de ensiná-lo a optar por uma alimentação saudável, a prática de exercícios físicos, uma boa noite de sono, a se prevenir contra doenças, enfim, procurava-se formar um cidadão forte, saudável, higienizado para a sociedade futura.

Portanto, nesse terceiro e último capítulo dedicamos a relatar a interferência dos preceitos higiênicos nos grupos escolares do Rio Grande do Norte.

3.1- PRINCÍPIOS HIGIÊNICOS NA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DOS GRUPOS DO RIO GRANDE DO NORTE

A reclamação do Diretor da Instrução, Francisco Pinto de Abreu, em 1909, chama-nos atenção. A sua afirmação de que os prédios careciam de condições de higiene torna-se relevante devido à relação direta entre prédios de grupos escolares e preceitos higienistas. A intervenção da Higiene nos grupos escolares já tinha início desde a construção do prédio quando a planta do espaço a ser edificado era contratada ^{confiada} a arquitetos e engenheiros e a construção deveria situar-se nas proximidades dos demais prédios importantes da cidade, como a Intendência (Prefeitura), a Polícia, a Casa Legislativa, a Igreja, entre outros, e, de preferência, com a praça principal em frente ou ao lado, como bem demonstram Azevedo e Stamatto (2012), ao compararem a implantação dos grupos em Aracaju-SE e em Natal-RN.

Percebemos a preocupação com o espaço onde seria edificado o prédio para o funcionamento do grupo escolar. Pois, eles procuravam construir o prédio em local central próximo aos principais prédios da cidade e afastados de áreas periféricas, optando por espaços onde houvesse saneamento e ventilação. Também, o próprio espaço escolar seria

motivo de preocupação quanto às dimensões das salas, do pátio, dos banheiros, a quantidade de portas e as janelas, tudo isso porque se atribuíam as doenças aos lugares impuros e maus cheiros, por contágio com pouca ventilação (AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

Verificamos, assim, que os grupos tinham seus prédios erguidos no centro das cidades, de preferência em regiões elevadas, afastadas de esgotos a céu aberto, cemitérios, terrenos baldios que tivessem acúmulo de lixo, lugares baixos que pudessem empossar água, enfim, evitava-se a disseminação de doenças que contagiassem os alunos.



Figura 2 - Grupo Escolar General Siqueira, Aracaju-SE.
Fonte: AZEVEDO, 2009, p. 87.

Em 1910, o Diretor da Instrução no Rio Grande do Norte, Francisco Pinto de Abreu, declarava que a instrução primária prosseguia em marcha lenta, mas segura (RN. Relatório, 01/10/1910). Segundo o Diretor, a escassez de recursos orçamentários não permitia a construção de prédios com arquitetura primorosa, mas não se desprezava^{nas} condições elementares de conforto e higiene. Entre os novos grupos, destacavam-se em sua opinião, os prédios dos grupos de Acari, Canguaretama, Goianinha e Pau dos Ferros, os quais reuniam a comodidade à elegância. Os demais eram, em geral, adaptações de prédios que ofereciam apenas segurança do ponto de vista pedagógico.

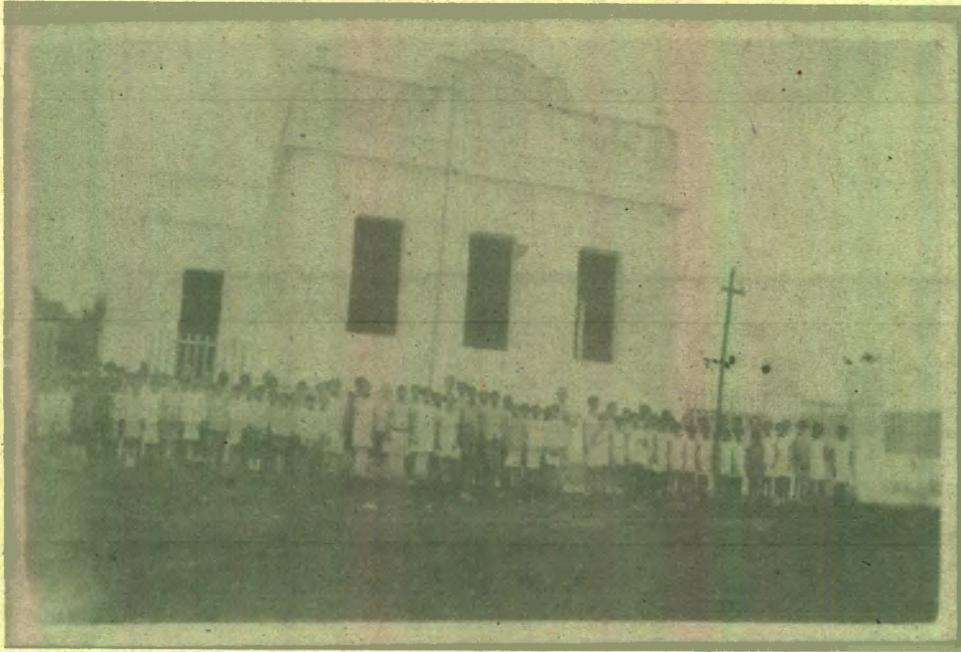


Figura 3 - Grupo Escolar Alberto Maranhão, Nova Cruz-RN.
 Fonte: Coleção Fotográfica Ministro Augusto Tavares de Lyra.

De fato, quando observamos a arquitetura dos primeiros grupos escolares do Rio Grande do Norte e os de outros estados (Figuras 2, 3, 4 e 5), percebemos menos detalhamento em termos arquitetônicos, prédios menores e com fachadas mais simples existiam. *Rover*

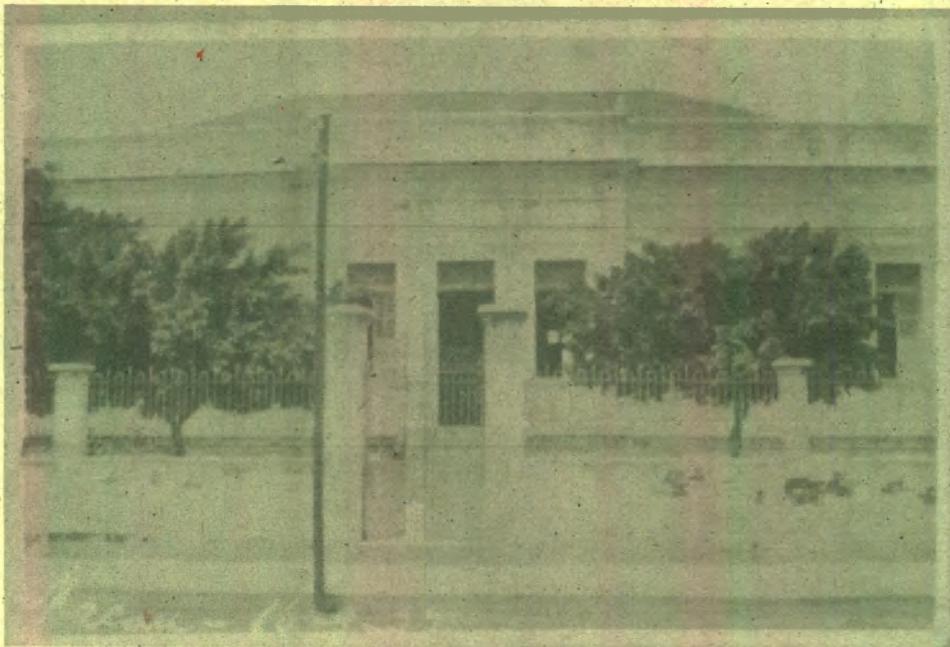


Figura 4 - Grupo Escolar Duque de Caxias, Macau-RN.
 Fonte: Coleção Fotográfica Ministro Augusto Tavares de Lyra.

Se a apresentação majestosa da arquitetura dos grupos escolares norte-rio-grandenses não era algo frequente, a atenção à Higiene no prédio era condição para seu funcionamento. ^{Aspas?} ^{AO} [←] menos era isso que se exigia logo no decreto de criação dos grupos em 1910. Os decretos, mais precisamente o conteúdo dos artigos 3º e 7º declarava: Art. 3º- Incube o governo de município todas as despesas referentes à conservação e asseio do prédio, bem como aquisição e renovação de utensílios; Art. 7º- Será suprimido o grupo, quando não preencher as condições de conforto e higiene por incúria da municipalidade¹. Essa exigência contudo, não mais aparece nos decretos de criação de grupos em 1911². Passa apenas a informar o ato de criação dos grupos. Isso talvez se deva ao fato de que em 1911 ter sido publicado o Código de Ensino e neste constar orientações mais detalhadas para todas as instituições escolares do Rio Grande do Norte. O Código tinha 176 artigos. Era, por isso, um longo documento. Foi publicado conforme Decreto nº 261, de 28 de dezembro de 1911.

Azevedo (2010) discute sobre a arquitetura dos grupos escolares e mostra a preocupação das autoridades do ensino em relação à manutenção e conservação dos prédios de acordo com preceitos de higiene assim como com a própria construção de tais instituições de ensino. Buscava-se o reordenamento e racionalização das práticas escolares. Segundo a autora,

[...] não apenas a arquitetura do edifício escolar era alvo de atenção, a própria localização do prédio passava pelo crivo da administração pública. Além de ser mais um aspecto a ser observado quanto à institucionalização dos grupos escolares do ponto de vista pedagógico, a localização da instituição integrava-se ao movimento urbanístico das cidades contribuindo ainda mais para o sucesso da nova modalidade de ensino, podendo ser considerada como parte da organização curricular. Arquitetura, modernismo e educação resultaram no

¹ Decreto nº 180, de 15 de novembro de 1908 – cria na cidade de Mossoró um Grupo Escolar denominado “Trinta de Setembro”; Decreto nº 189, de 16 de fevereiro de 1909 – cria na cidade de Caicó um Grupo Escolar denominado “Senador Guerra”; Decreto nº 193, de 13 de março de 1909 – cria na cidade do Acari um Grupo Escolar denominado “Thomas de Araujo”; Decreto nº 194, de 15 de março de 1909 – cria na Vila de Caráúbas um Grupo Escolar denominado “Antônio Carlos”; Decreto nº 196, de 21 de abril de 1909 – cria o Grupo Escolar “Almino Afonso”, na cidade de Martins; Decreto nº 202, de 2 de julho de 1909 – cria o Grupo Escolar “Coronel Maris”, na Vila de Serra Negra; Decreto nº 204, de 12 de agosto de 1909 – cria o Grupo Escolar “Barão de Mipibu”, na cidade de São José de Mipibu; Decreto nº 220, de 7 de maio de 1910 – cria o Grupo Escolar “Moreira Brandão”, em Goianinha; Decreto nº 224, de 8 de julho de 1910 – cria um Grupo Escolar “Fabrício Maranhão”, na Vila de Pedro Velho; Decreto nº 225, de 8 de julho de 1910 – cria um Grupo Escolar denominado “Antônio de Azevedo”, na cidade de Jardim do Seridó; Decreto nº 226, de 8 de julho de 1910 – cria um Grupo Escolar denominado “Nísia Floresta”, na Vila de Papari; Decreto nº 234, de 10 de novembro de 1910 – cria um Grupo Escolar na Vila de Pau dos Ferros, denominado “Joaquim Correia”.

² Decreto nº 243, de 4 de março de 1911 – é criado na Vila de Ares um Grupo escolar denominado “Jacumaúma”; Decreto nº 254, de 11 de agosto de 1911 – cria na cidade do Assu um Grupo Escolar denominado “Tenente Coronel José Correia”; Decreto nº 255, de 19 de outubro de 1911 – cria na cidade de Macaíba um Grupo Escolar denominado “Alta de Souza”; Decreto nº 256, de 25 de novembro de 1911 – cria na Vila de Currais Novos um Grupo Escolar denominado “Mor Galvão”; Decreto nº 257, de 25 de novembro de 1911 – cria na cidade Apodi um Grupo Escolar, denominado “Ferreira Pinto”.

final do século XIX na busca pela centralidade das instituições escolares na definição do espaço urbano. (AZEVEDO, 2010, p. 126).

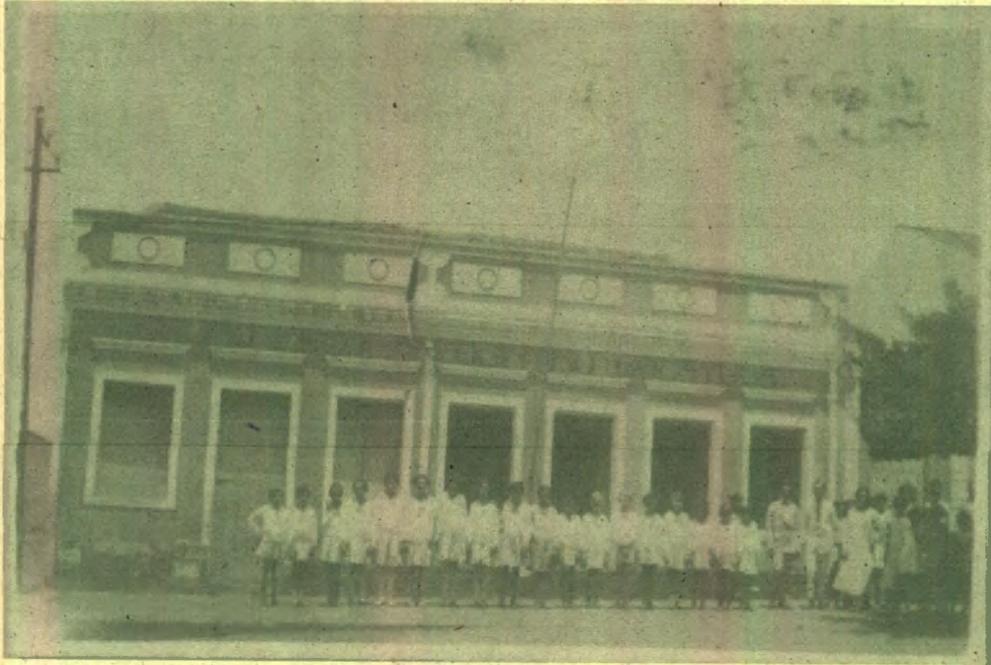


Figura 5 - Grupo Escolar Quintino Bocayuva, Santa Cruz-RN.
Fonte: Coleção Fotográfica Ministro Augusto Tavares de Lyra.

disse!

A escola no início do século XX era tida como uma instituição capaz de disseminar, através do seu cotidiano, práticas higienistas que seriam aos poucos internalizadas pelos alunos que em seguida tornavam-se os próprios divulgadores das práticas de higiene na família casa e na sociedade. Também Heloísa Rocha (2003) discorre sobre as práticas higienistas que faziam parte do modelo de educação sanitária na ampla campanha de regeneração física, intelectual e moral lançada pelo Instituto de Hygiene de São Paulo destacando as propostas para escola primária como um instrumento de disciplinamento das crianças orientado a partir dos preceitos higiênicos.

Azevedo e Stamatto (2012) relatam quem em 1914, Afrânio Peixoto e Graça Couto lançaram uma obra inspirada em autores norte-americanos, denominada Noções de Hygiene para uso das escolas, que ao que parece, fez sucesso nos meios intelectuais da época. A obra contava com seiscentas páginas, tratava de elementos de saúde, com atenção ao funcionamento do corpo humano, às condições gerais para a saúde, como, por exemplo: o

solo- matéria orgânica, micróbios, parasitas; água- filtração, depuração; ar- poeiras, contaminação; o clima e salubridade; a alimentação; os cuidados especiais com o corpo; a remoção de dejetos; o abastecimento de água; os edificios públicos, como hospitais, quartéis, mercados, matadouros e açougues, cemitérios; as doenças evitáveis; os cuidados com as roupas e a casa; a insalubridade das indústrias e oficinas; entre outros itens. Dedicava um capítulo inteiro à educação e aos exercícios físicos. Estava, portanto, difundidas no País, discussões sobre os aspectos higienistas relacionados à educação.

Em 1924, no Jornal "O Comércio" do Rio de Janeiro, por meio da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência, emitia um texto intitulado "Conselhos às Crianças". Este foi republicado também pelo Jornal "A República" no Rio Grande do Norte. Assim, a população norte-rio-grandense tinha contato com discussões como essas a seguir:

"Conselhos as Crianças"

Que deveria ser lido pelas mães para os seus filhos. Tal texto traz em seu conteúdo noções de prevenção e tratamento para a cura de algumas doenças que atacavam a população e estava direcionado para as crianças. O texto relata o desejo de firmar cada vez mais, no espírito do povo, a necessidade e o dever de aceitar o que ensinar e fez o Departamento de Saúde e Assistência, dirigisse estas linhas às crianças, mostrando-lhes em linguagem simples, como é fácil, com boa vontade, evitar muitos dos males que frequentemente lhes roubavam dias de saúde senão a própria vida. Os nossos meninos vão ver como se deve fazer para afastar as probabilidades de apanhar uma infecção isto é, para impedir que o germen de uma dada doença penetre no corpo, o que é perigoso não só para a pessoa que adoece, mas, para os demais por serem essas doenças das que pegam. Para a varíola (bexiga), todos encontram defesa fácil certa na vacina; quando muito, alguns dias de mal estar; porém, o que é isto, em comparação com os padecimentos que sofrem os que apáñham a bexiga? Já aqui viram os meninos que a necessidade das fossas aconselhadas para a defesa contra a ancilostomose, serve para mais alguma coisa. Quanto a esta última doença chamada também opilação ou amarelo, nomes tirados do aspecto do doente, que fazer para evitá-la a opilação: tomar remédio, não defecar no chão e andar descalçado, o remédio para curar a opilação pode ser obtido gratuitamente por qualquer pessoa, tanto na capital como no interior, pedindo- o nos postos de profilaxia rural. A razão por que não se deve defecar no chão e sim nas fossas apropriadas é evitar que se desenvolvam os pequenos ovos do ancilóstomos, eliminados com as fezes que de outro modo se tornarão outros tantos vermes capazes de chegar ao intestino das pessoas boas ou novamente das curadas, penetrando pela pele dos pés das pessoas, razão pela qual ninguém deve andar descalço. Outra doença muito perigosa e que sempre mata quando não é tratada a tempo, é a difteria. Projetamo-nos da difteria afastando as pessoas boas das doentes; não beijando e evitando as gotículas que se projetam com a tosse das pessoas curadas há pouco, ou das suspeitas isto é, daquelas que podem conduzir impunemente o germen da doença,

como acontece muitas vezes as que lidam com os doentes. Os objetos pertencentes ao diftérico, sempre que não representam grande valor, devem ser queimados, as roupas e os moveis do quarto do doente, devem ser desinfetados, para o que pode bastar o uso de água fervendo tão fácil de ser obtida por toda a parte. A difteria é doença que prefere sempre as crianças. Os meninos atacados de qualquer uma dessas quatro ultimas doenças, não podem frequentar as escolas dentro de certo número de dias marcado pelo médico para não passar doenças aos-outros. Ai está alguma coisa simples e ao mesmo tempo muito útil, e que deve ser aprendida, praticada e ensinada pelos nossos meninos que forem inteligentes. (A REPÚBLICA, 1904)

Podemos perceber que todas as instituições estavam preocupadas em divulgar os preceitos de higiene na população objetivando acabar com as moléstias que atacam as pessoas. A imprensa através do Jornal "A República" publica textos de outros jornais do país que discutiam as medidas de prevenção que deveriam ser ensinadas pelos pais aos filhos.

Quando nos referimos à educação com um fator essencial era porque além de ser um meio de divulgação das práticas higienistas, ela tinha ainda o dever de instruir os alunos para conseguir um trabalho e também instruí-lo para a vida, ou seja, a educação era responsável pela formação de cidadãos cultos, civilizados e hifenizados.

Esses assuntos também passaram para os manuais escolares, inclusive para os programas do curso primário. Em Sergipe, em 1912, noções de higiene integravam o programa de ensino para os grupos escolares. Para os trabalhos com as classes de 1º ano, indicavam-se os seguintes conteúdos:

a) Higiene: o banho, o asseio do corpo, da roupa do leite, da casa; b) os alimentos, as bebidas; a sobriedade; c) o vestiário- próprio da estação, folgado etc.; a casa espaçosa, arejada, iluminada, abrigada; d) o exercício, o trabalho, o estudo, as artes, os ofícios; e) o repouso, o sono, vantagem de recolher e despertar cedo. A moléstia, a medicina, a vacina (*Apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 63).

No Paraná, em 1910, a higiene e salubridade faziam parte do programa do grupo escolar, "começando com a higiene pessoal, que procurava inculcar nas crianças hábitos sadia e cuidados com o corpo, tema paulatinamente ampliado com a atenção ao cotidiano familiar, com a casa e com a cidade" (*Apud* AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 63).

Os preceitos higiênicos, com alguma variação, foram colocados em práticas nos grupos escolares inaugurados no Rio Grande do Norte. Foi constante, por exemplo, a preocupação com as medidas dos prédios e das salas de aula, para que fosse iluminadas e arejadas, o que

fez parte dos discursos oficiais durante as primeiras décadas da República (AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

Na legislação também foram observados itens voltados para a higiene, como podemos observar no Código de Ensino de 1913, do Rio Grande do Norte:

Art.º42- Os edifícios das escolas serão situados em terreno elevado e seco, isolados de outros prédios, afastados dos centros de grande atividade industrial, de pântanos e de lugares suspeitos.

Art.º43- Os prédios elegantes, modestos, em arejados e iluminados pelo sol, terão salas de aulas para quarenta alunos, no máximo, sob forma retangular, medindo pelo menos, seis metros de largura por sete de comprimento, com um pé direito de quatro metros, ou seja, cinco metros cúbicos de ar para cada aluno. (Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 64).

Em 1916, o Código de Ensino do Rio Grande do Norte, em seu artigo 13, regulamentava minuciosamente a construção dos prédios escolares, que “além dos preceitos comuns de higiene e de conforto”, precisavam também observar as seguintes regras:

I. Todas as salas de aula terão a forma retangular e capacidade para quarenta alunos, no máximo, medindo, pelos menos, sete metros de comprimento por seis de largura, com um pé direito de quatro metros.

II. Haverá no edifício as aberturas necessárias para que as classes de alunos recebam a luz e o ar de maneira mais higiênica.

III. Os edifícios serão pintados a cores neutras, de preferência o azul ou verde-claro.

IV. Cada sala de aula terá como dependência um vestiário guarnecido e cabides, para os alunos.

V. Haverá em cada edifício compartimentos para a diretoria e o arquivo, e uma are descoberta e murada para o recreio, com divisão para cada sexo.

VI. Na falta de esgoto público, as latrinas constarão de uma fossa asséptica ou reservatório ou fossas ordinárias, com paredes impenetráveis aos líquidos, de modo a se poder fazer frequentemente a desinfecção e o esvaziamento das fossas. (Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012, p. 65).

Podemos demonstrar que os itens da legislação que regulavam as construções dos grupos escolares eram seguidos pelos engenheiros e arquitetos que construíam as plantas. As obras eram fiscalizados pelo Diretor Geral da Instrução Pública que, em visita ao prédio terminado para a inauguração de um grupo, em seu relatório, fazia anotações se a obra estava de acordo com os preceitos da higiene e da pedagogia.

Do Rio Grande do Norte eram colocados em prática exemplificando com recortes de jornais do Jornal “A República” do período, que menciona em seus exemplares a inauguração dos grupos escolares tanto na capital como no interior do estado, descrevendo toda as suas

construções, instalações e mobiliários que compunham um relatório de inspeção realizado pelo Inspetor Diretor da Instrução Pública que fiscalizava a construção e precedia a inauguração do prédio, por exemplo:

No dia dois do mês de janeiro de 1911, inaugurava-se no município de Papary o "Grupo Escolar Nisia Floresta" a cargo do acadêmico Ovídio Vidial e das professoras Maria da Conceição Teixeira Fagundes e Clara Teixeira Fagundes. No ato da inauguração precedido pelo inspetor de ensino, professor Amphiloquio Câmara, por delegação especial do Diretor Geral de Instrução Pública, foi muito concorrido notando-se entre numerosa assistência composta de pessoas gradas da localidade e distintas famílias, o presidente da Intendência, o chefe local, coronel José de Arcanjo, o delegado escolar, Pedro Januário de Carvalho. A construção do prédio do Grupo Escolar "Nisia Floresta" dá a frente para o Sudeste, com duas salas de classe para o Nascente e uma para o Poente, parede e meia com um salão onde funciona a Intendência. Conquanto esteja próximo a algumas casas de moradas e pequenos estabelecimentos de negócio, ocupa em lugar seco e elevado. Todo o edificio próprio do grupo tem 11 metros de largura sobre 14 de comprimento, tendo as paredes 3, 73 metros de altura. Está dividido em quatro salas: uma para a classe elementar feminina, bem ventilada e com iluminação franca, medindo 6 metros de largura e 6, 10 m. de comprimento; uma para a classe mista infantil, também com iluminação e ventilação abundantes, tendo 6 metros de largura e 6, 13 m. de comprimento; finalmente, uma sala serve ao mesmo tempo de entrada e vestiário, com 3, 60 m. de largura, por 3, 78 m. de comprimento. A sala de classe elementar masculina, tendo ventilação e iluminação escassas, o Presidente da Intendência providenciou no sentido de melhorá-la. (A REPÚBLICA. Natal, 07/01/1911, n. 10, p. 1).

De forma semelhante, verificamos que:

No dia 25 do mês de janeiro, o inspetor de ensino, professor Amphiloquio Câmara, por delegação especial do Dr. Diretor Geral da Instrução Pública, inaugurou com toda solenidade o "Grupo Escolar Joaquim Correia" em Pau dos Ferros. No ato da inauguração foi precedido pelo Inspetor de Ensino, secretariado pelo coronel Joaquim Correia, e assistido por mais de 500 pessoas. Aberta a sessão de inauguração, o inspetor de ensino fez uma conferência sobre educação, sendo, no fim da festa, cantado pelos alunos o hino da República. O Grupo Escolar Joaquim Correia, situado numa das ruas principais da vila de Pau dos Ferros, dá a frente para Oeste, apresentando duas sala de aula para Nordeste e outras duas para Sudoeste. O grupo está isolado, lugar seco e elevado, apresentando regular aspecto externo, com as seguintes dimensões: 14m. de comprimento, 13 m. 85 de largura e 8 metros de altura. Aos lados, duas grandes áreas, com lugares apropriados para jardim. Na extremidade dessas áreas, separadas por uma parede alpendrada, ficam as fossas sanitárias que precisam ser melhoradas. O grupo dispõe de 4 salas para as classes, medindo cada uma 6 m. 50 de largura por 6m. 60 de fundo, 1 gabinete do Diretor, com 4m. 45 de comprimento e 3m. 85 de largura, e numa outra sala, que serve de vestiário. Todas as salas recebem muita luz, devido à boa divisão do edificio, que tem 6 janelas na frente, 5 de

cada lado e porta para os jardins. (A REPÚBLICA. Natal, 09/02/1911, n. 10, p.3).

Notamos nos dois exemplos publicados no jornal "A República" que era realizada toda a fiscalização da obra, remetendo-se às medidas de cumprimento, largura, a disposição de portas e janelas; e às coordenadas geográficas, priorizando a ventilação, a posição do sol, enfim, obedecendo todos os preceitos pedagógicos e higiênicos exigidos pelo Código de Ensino do Rio grande do Norte.

No Rio Grande do Norte, o serviço de inspeção higiênica escolar também foi instalado e funcionou regularmente. Foram constantes, nos relatórios dos inspetores, solicitações para o atendimento das recomendações dos higienistas, com registro de promessas por parte dos governantes para o cumprimento das medidas: "dentro das verbas orçamentárias, que forem votadas, atender- tanto quanto possível- ao justo reclamo" (RN. Mensagem, 1917, p. 10). Quanto à inspeção escolar, Nestor Lima, em 1924, afirmava que "vai sendo feito com a possível regularidade e acentuados proveitos" (LIMA, 1924, p.14).

No Rio Grande do Norte, de acordo com o Código de Ensino de 1916, em seu artigo 204 a inspeção médico-sanitária deveria ser feita pela Inspetoria de Higiene do Estado e seus delegados, tanto para instituições da capital como as localizadas no interior, ficando o seu encargo a verificação da vacinação e da revacinação do pessoal das escolas bem como "a profilaxia das moléstias transmissíveis" e o "exame individual dos docentes, alunos e empregados" (Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

A questão dos preceitos higienistas, no início do século XX, via estar presente nos discursos pedagógicos adotados em vários estados brasileiros no que se refere a práticas escolares, a exemplo da escrita. Em Sergipe, em 1912 conforme o programa para o ensino primário, deveria ser ministrado ministravam-se o ensino da letra inclinada e também vertical, segundo a habilidade do aluno, segundo Azevedo (2009). Contudo, no Programa de ensino de 1915, a orientação seguia modificada, exigindo-se o trabalho apenas com a escrita do tipo vertical, segundo a autora. Esta evitaria posturas incorretas dos alunos ao escrever, evitando futuras deformações no corpo. Nesse momento, a ardósia passava a ser substituída pelo caderno de caligrafia impresso. A cerca da escrita, da seguinte forma prescreviam Peixoto e Couto:

A caligrafia deve ser reta ou direta, sobre o papel direito, e o corpo direito. Assim, repousando igualmente sobre es dois ischions[sic], sem curvatura do dorso, sem levantamento da espádua, apenas a mão e o antebraço direitos se deslocarão no decorrer da escrita. A escrita inclinada é uma causa de posições viciosas, muito comuns infelizmente, mas que se deveriam evitar. (Apud AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

A caligrafia inclinada, utilizada durante o século XIX, apesar de ser avaliada como bonita, era criticada por ser considerada causadora de problemas de saúde. O corpo inclinado, se apoiando de um só lado sobre o cotovelo esquerdo, causaria desequilíbrio nos ombros e conseqüentemente na coluna vertebral da criança. Em decorrência disso, inclinava-se o rosto para a esquerda diminuindo o alcance da visão e a sua correta acomodação, contribuindo para o desenvolvimento de miopia e escoliose. De acordo com os preceitos da higiene, a escrita vertical evitaria tais transtornos (AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

A intervenção da área médica não se dava apenas nas práticas higiênicas do cotidiano escolar, mas ^{VINHA} intervia também na prática pedagógica orientando sobre qual material didático a ser usado; a melhor maneira de se sentar na carteira para escrever; a melhor distância do quadro, largura, altura das carteiras, enfim, tudo eram orientado através do campo médico almejando a prevenção de doenças, introdução de cuidados com a saúde prevendo a formação de cidadãos forte e saudáveis. Logo, podemos observar que o material pedagógico também era do conhecimento do campo médico que realizava pesquisas e orientavam na confecção e bem como orientavam na compra e na forma de uso desse ^{materiais} matérias para que fossem utilizados da melhor maneira para não comprometer a saúde da sociedade escolar que fazia o uso dele. Portanto, citaremos dos exemplos de mobiliário utilizados pelos grupos de “Nisia Floresta”, “Joaquim Correia” e “Almino Affonso”, ambos do interior do Estado do Rio Grande do Norte.

O material escolar no grupo escolar Nisia Floresta no município de Papary ainda era deficiente, havendo 46 bancos-cadeiras, de boa madeira, um tanto elevados, notadamente para a classe infantil, 0, 71 m, de altura e 0, 47 m. de largura, no assento (A REPÚBLICA. Natal, 07/01/1911). No grupo escolar de Nisia Floresta observamos que as carteiras que possuíam eram inadequadas para atender a classe infantil devido ao tamanho ser incompatível com a faixa etária das crianças.

O mobiliário do Grupo Escolar Joaquim Correia em Pau dos Ferros era suficiente e de boa qualidade, constando de 12 cadeiras, 18 escarradeiras, 4 bacias, 4 lavatórios, 12 toalhas

felpudas, 4 mesas para professores, um armário e um relógio de parede. Além disso, existem mais 45 bancos-carteiras, com encosto, para dois alunos, medindo a mesa 0 m. 98 de comprimento para 0 m. 35 de largura e tendo o banco uma altura de 0 m. 45 (A REPÚBLICA. Natal, 09/02/1911). Nesse caso, notamos que o tamanho das carteiras era ideais, bem como as mesmas ainda possuíam encosto para as costas mantendo a coluna apoiada e ereta não prejudicando a coluna vertebral.

O Grupo Escolar Almino Affonso, em Martins, em 24 de setembro de 1917. Os bancos-carteiras são antipedagógicos, fornecendo assentos cada um para quatro e mais alunos, o que é condenado por toda a parte. Enquanto, no Grupo Escolar Almino Affonso os bancos-carteiras era antipedagógicos porque em um único assento eram colocadas um número de aluno maior do que o banco acomodava ficando muito apertados e comprometendo a aprendizagem e a saúde dos alunos.

O Jornal "A República" de 1916 trazia em sua sessão de anúncio era publicado uma propagande de uma loja de cadeiras situada na rua Doutor Barata de nº 9, no Bairro da Ribeira. O tal anúncio trazia o seguinte informativo:

Carteira Escolar "Hygienica Lisowsky" a única que merece privilégio mundial, garantida pelos maiores cultos da higiene e pedagogia e recomendada aos educadores, pais de família e médicos até para os fins de tratamento. A carteira "lisowsky" favorece uma posição normal ao aluno ao contrário das muitas que tem aparecido até hoje que prejudicavam fisicamente ao aluno, provocando desvios da coluna vertebral, desenvolvimento defeituoso do tórax e pulmões, na digestão, e outros defeitos no organismo infantil. A construção da cadeira Hygienica Escolar "Lisowsk" obedece a cálculos científicos de especialistas da matéria. Todo colégio de orientação verdadeiramente pedagógica deve adotar Carteira Escolar "lisowsky". Todo pai de sentimentos elevados deve ter na própria casa para seu filho uma Carteira Escolar "Lisowsky". Único representante no Rio Grande do Norte da Modern School do Rio de Janeiro. Matheus Petrovich, rua Dr. Barata nº 9, Natal (A REPÚBLICA. Natal, 1916).

As prescrições higienistas caminhavam, dessa forma, para habitar o povo para o novo país que se construía, o Brasil republicano e moderno. O cultivo da higiene, como bem lembra Boto,

Tornava-se necessário no sentido de mudar hábitos, reservando-se para a escola o lugar no qual se adquiria uma passagem para o mundo civilizado, ou melhor, nesse caso, a escola funcionaria como agência que, pelo seu

próprio caráter, transformaria em cidadãos os projetos de gente materializados na infância (*Apud*, AZEVEDO, 2009).

Havia, portanto, uma estreita relação entre as medidas higienistas e a construção dos grupos escolares. “A questão da higiene, aproximada do fazer pedagógico, vai influir na elaboração da necessidade de um espaço próprio para a escola”. A determinação de construir escolas relacionava-se às condições físicas do lugar de implantação.

3.2 - ATENÇÃO AOS CORPOS-EXERCÍCIOS FÍSICOS INTRODUZIDOS NO CURRÍCULO ESCOLAR: GINÁSTICA, JOGOS E ESPORTES

Azevedo e Stamatto (2012) informam que a prática da educação física também tinha forte relação com a higiene, uma vez que era necessário, naquele contexto, formar-se o cidadão forte e saudável para uma pátria civilizada, tarefa para a qual os grupos escolares tiveram grande papel a desempenhar.

Verificamos em regimentos de grupos escolares norte-rio-grandenses, referências à prática de exercícios físicos, ^{Mas,} sem muito detalhamento. No regimento interno do Grupo Escolar Trinta de Setembro, ^{de 1909,} afirmava-se no único artigo relativo ao assunto: “Art. 10º- A educação física terá por fim o desenvolvimento psicologico dos alunos e constará de exercícios físicos recreativos e independentes de aparelhos, marchas e mais recomendações constantes do programma” (RN. Regimento, 10/05/1909, p. 3).

No regimento do Grupo Escolar Augusto Severo, também de 1909, em relação à Educação Física, apesar de dedicar dois artigos ao assunto, não se apresenta muito diferente.

Declarava-se:

Art. 16º- A educação física não pode ser completa nas escolas. Deve limitar-se a auxiliar o desenvolvimento psicológico das crianças durante as classes.

Art. 17º- Ela reduz-se a conselhos Higiénicos, relativos à conservação da saúde; exercícios físicos recreativos e independentes de aparelhos; educação dos órgãos dos sentidos, pelo conhecimento e análise dos objetos materiais. (RN. Regimentos, 1909).

No código de Ensino de 1911 (Decreto n 261, de 28/12/1911), não aparece qualquer seção específica sobre a prática de exercícios físicos, apenas no Título II - Da instrução primária, nos art. 7º e 8º que declaram: o ensino primário será proporcionado às condições

fisiopsicológicos do educando, com o triplice fim intelectual, moral e físico, consoante a pedagogia experimental e processos da pedologia (Art. 7º). E quando se refere às matérias do ensino primário, entre as quais aparecem: lições de Coisas, Trabalhos Manuais, Exercícios físicos e Cantos escolares (Art. 8º).

Um detalhamento um pouco maior pode ser visto no Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas, publicado pela Diretoria Geral da Instrução Pública, em 1914, ou seja três anos depois (RN. Regimento, 1914). O ensino primário possuía quatro anos e dividia-se em ensino primário infantil (02 anos) e ensino primário elementar (02 anos). Ao se referir às matérias escolares, assim, se refere ao que chama de "Exercícios físicos" para o ensino primário infantil:

Em classe: Alimento. Posição fundamental. Posições variantes. Movimentos de pernas, tronco, braços, cabeça, saltos e equilíbrio. Marchas cadenciadas com música e canto.

No recreio: Brinquedos e jogos infantis com cantos. Corridas até 20 metros, durante nunca mais de 15 minutos.

Em passeios escolares: os mesmos do recreio (RN. Regimento, 1914, p.40).

Ao se referir aos "exercícios físicos" para o curso primário elementar, assim, declara (RN. Regimento, 1914, p. 53-54):

EXERCICIOS PHYSICOS

Os mesmos exercícios de callisthenica em classe para o curso mixto, com mais desenvolvimento, energia e complexidade.

Para o sexo masculino: jogos ao ar livre no recreio ou em passeios escolares, foot-ball, carreira até 60 metros, saltos a pé firme, á distancia, em altura em carreira. Natação, si fôr possível Exercício de gymnastica de flexionamento de corpo livre e, sendo possível, com pequenos instrumentos que pareçam carabinas. Exercícios de formatura de companhia.

Para o sexo feminino: Brinquedos no recreio ao ar livre, com cantos. Danças por ocasião do recreio.

No regimento de 1914 estava também presente o Programa de ensino com orientações para a educação das matérias escolares. Com relação aos Exercícios Físicos para todo o ensino primário, assim orientava o professor:

§14º EXERCICIOS PHYSICOS

76- Dos exercícios físicos o principal é o jogo ou brinquedo ao ar livre ou por ocasião dos passeios ou no recreio.

77- Na callisthenica de classe, o professor terá o cuidado de exigir posições iniciais firmes e enérgicas, a execução precisa dos movimentos e uma posição final correcta e de relativo descanso. Nada valem os movimentos.

(Amolentados e sem energia; é preferível não fazel-os)

78- Durante o horario dos exercicios o professor terá cuidado de começar por movimentos de pés e pernas, em seguida de cabeça e tronco, novamente de pernas, depois de braços, equilibrio, terminando por pés; assim, diariamente. Os movimentos de cabeça, tronco, tronco e braços congestionam o cerebro, os de pernas, pés e equilibrio descongestionam-o: eis porque serão revesados.

79- As marchas em classe deverão ser cantadas, para pôr em acordo o ritmo e o compasso com o tempo da marcha.

80- Convem estabelecer varias espécies de marchas, em posições previamente determinadas, dentro da classe, para evitar que o professor, em meio do canto, precisa comandar posições e a direção da marcha. Essas marchas variarão de dia a dia.

81- Para o curso masculino, os exercicios de formatura serão precisos, enérgicos e garbosos, principalmente quando tiver de desfilar pelas ruas da localidade

82- Ao ser feita a homenagem à bandeira nacional, os meninos se descobrirão e todos em posição correcta contempla-a-ão, enquanto entoam as estrofes de Duque Estrada ou as de Olavo Bilac. (RN. Regimento, 1914, p. 69-70).

A Lei nº 405, de 29 de novembro de 1916, no Rio Grande do Norte, tornava obrigatória a ginástica educativa, devendo apenas ser evitados exercicios depois das refeições (art. 201).

Além disso, a prática da educação física também teve forte relação com a higiene, uma vez que era necessário, nesse contexto, formar-se o cidadão forte e saudável para uma pátria civilizada, tarefa em que os grupos escolares tiveram um grande papel a desempenhar. Vago, ao estudar a prática da educação física nas escolas de Minas Gerais nas primeiras décadas do século XX, demonstra a estreita relação entre esse ensino e a instituição dos grupos. Segundo ele, a nova cultura escolar que se pretendia implantar. *frase incompleta*

Deveria cultivar um corpo belo, forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro, racional [...]. Para essa 'educação physica' das crianças, em sentido alargado, muitos dispositivos foram mobilizado. O primeiro deles foi a construção de prédios próprios para as escolas, imponentes, majestosos, higiênicos e assépticos- os grupos escolares-considerados templos do saber [...]" (Apud, AZEVEDO e STAMATTO, 2012).

Sobre a ginástica sueca, podemos perceber suas características básicas na síntese de Inezil Penna Marinho para o sistema sueco de ginástica:

Para PehrHenrikling [o idealizador do sistema sueco de Ginástica pedagógica e higiênica tem por fim submeter o corpo à vontade; ela é

essencialmente educativa e social. Ela se destina aos dois sexos, atodas as condições materiais e sociais. Ela assegura a saúde, sendo essencialmente respiratória, a beleza, por seus efeitos corretivos e ortopédicos. Ela é energética e viril, pelo emprego econômico das forças e a formação do caráter, social e a serviço da sociedade. Por meios simples ela assegura resultados certos. (Apud, AZEVEDO, 2009).

A ginástica sueca contribuiria para educar o corpo das crianças na escola, com suas múltiplas propriedades, pedagógica, higiênica, educativa, social, corretiva, ortopédica, patriótica, disciplinadora e formadora do caráter. Além dos hábitos, Azevedo (2009) mostra-nos que o corpo também se tornava alvo das medidas higienistas, isso fazia com que o grupo de envolvidos com a instrução pública “ao tratar da educação escolar, também incluía esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol de recomendações por eles [médicos] estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestras higienizados” (AZEVEDO, 2009).

As práticas higienistas objetivam evitar doenças, bem como criar hábitos saudáveis para a sociedade. Estes deviam ser cultivados desde a infância, por isso, atribui-se à escola primária o papel de disseminação dos bons hábitos higiênicos. A escola primária, objeto de transformações no início da República, vai através de uma nova modalidade escolar-grupos escolares- difundir tais comportamentos (AZEVEDO, 2009).

De acordo com os parágrafos acima nos detivemos a explicar sobre a ginástica sueca que introduzida no currículo dos grupos escolares para o aperfeiçoamento físico dos alunos. Nos parágrafos seguintes apresentamos algumas atividades físicas e recreativas incluindo jogo S e brincadeiras que eram realizadas pelos alunos dos grupos escolares em seus passeios de campo.

Sobre o assunto, o Dr. Manoel Dantas, diretor da Instrução Pública, recebeu as seguintes comunicações sobre passeios escolares, publicadas no jornal “A República”:

Grupo escolar “Quintino Bocayuva” em Santa Cruz a 30 do passado as duas escolas isoladas fizeram, em compacto, um passeio escolar, no sítio “paraíso” presentes 46 alunos da escola masculina e 27 da feminina. Foram dadas, à margem do rio, lições de coisas sobre plantas medicinais, tendo os alunos na ocasião de conhecer algumas dessas plantas. Houve uma parte recreativa, constante de brinquedos e jogos infantis, exercícios físicos.

Grupo escolar “Thomaz de Araújo” (Acary) a 30 do mês passado, a escola isolada masculina fez um passeio escolar na fazenda “Fortaleza do Felipe”, propriedade do coronel Santa Rosa comparecendo 15 alunos. Nesse local, foram estudadas diversos terrenos de aluvião e terrenos de composição

calcária, argilosa, humosa. O professor, em breves palavras, a importância de cada um, quanto a produção de cereas, do algodão e depois da lição, ou vida com muito proveito, seguiu-se uma parte recreativa, constante de callisthenica e jogos infantis.

Grupo escolar "Felipe Camarão (Ceará-Mirim) a 30 de julho de 1920 o grupo fez um passeio em terras do sítio "Verissino", presentes 33 alunos do curso elementar masculino do professor Aprigio Câmara, Maria Julita e Francisca Câmara. A vista de variados recantos do rio, tomados para a comparação, o professor deu aos alunos uma lição sobre acidentes geográficos, revelando os alunos bom aproveitamento e reproduzindo, com auxílio de uma pá e de uma enxada, diversos acidentes. Durante a parte recreativa, dividiram-se os alunos em duas turmas, uma para treino de foot-ball e outra para o jogo de taboinhos.

Grupo escolar "Dr. Octaviano" em São Gonçalo a 31 de julho de 1920, as duas escolas fizeram, em conjunto, um passeio escolar no sítio "Mabda" distante da Vila um quilometro, propriedade de Dona Joana Ferreira da Silva, presentes 14 alunos da escola masculina e 16 feminina. Depois descansarem todos debaixo de frondosas arvores, começou a parte instrutiva dando a professora Maria das Graças uma lição à sua escola sobre campo e acidentes geográficos e a professora Anita Barbosa uma lição à sua escola sobre ar atmosférico, ventos, evaporação, chuva, sendo ambas ouvidas com a máxima atenção pelos alunos, que revelaram, bom aproveitamento. Após as lições, seguiu-se a parte recreativa constante de jogos infantis, carreiras e cânticos escolares.

Grupo escolar Barão de Mipibu (São José) a 31 de março de 1922, a escola isolada feminina, a cargo da professora Raymunda Rocha, fez um passeio, no sítio Morgado de propriedade do Dr. Antonio Ezequiel Peixoto, presentes 22 alunos, aos quais foi dada uma lição sobre a cana-de-açúcar. Houve em seguida, exercícios de callisthenica suecca, merenda, recreio, exercícios de natação e passeio pelo canavial (A REPÚBLICA, 1922).

Identificamos também na instituição de assistencialismo aos mais pobres a criação de um curso de ginástica naturalista, de acordo com os métodos franceses modernos de educação física no orfanato "João Maria" (RN, Mensagem, 1929, p.73).

A leitura dos informes de jornais nos possibilitou identificar que os grupos escolares realizavam aulas passeio que consistiam em uma aula ao ar livre, onde os alunos juntamente com a professora normalista visitavam um sítio e fazia a observação da paisagem, o estudo do revelo, do clima, da vegetação, da fauna, enfim, o estudo partia do contato com real, que era uma das propostas do método intuitivo já tratado no capítulo 2. E depois ada aula, os alunos eram permiidos a desenvolver atividades recreativas que era composta por jogos, exercícios físicos e brincadeiras. Podemos dizer que era o momento de descanso e lazer.

3.3 - HIGIENE: UMA DISCIPLINA ESCOLAR ESPECÍFICA E O SEU PROGRAMA

Neste terceiro e último item do capítulo 3 nos detemos a pesquisar se houve uma disciplina específica para os ensinamentos referentes a Higiene. Em nossas investigações até o exato momento não encontramos nem uma bibliografia ou documento que nos possibilitem dizer se houve realmente uma disciplina de Higiene que fazia parte da grade curricular dos grupos escolares.

Encontramos uma disciplina denominada Lições de Coisas que consiste no ensino das ciências naturais e físicas como pode ser demonstrado a seguir. O grupo escolar "Nysia Floresta", actualmente possui uma ótima coleção de quadros para o ensino das lições de coisas, isto é, elementos de ciencias physicas e naturaes, ofertada pelo exmio. Senador Antonio de Souza (A REPÚBLICA, 07/02/1911, n.10, p.01). Também verificamos em mensagem governamental:

Em mensagem de 1º de novembro de 1916 a Assembleia Legislativa o Presidente Joaquim Ferreira Chaves remetia-se que a Escola Domestica conta com 18 aluna internas e semi-internas, tendo sido a matrícula de trinta. O curso era longo e difícil, dado o número de disciplinas e o acumulo de exercicios práticos, concernentes à agricultura, à lavanderia, ao engomado e outros misteres caseiros, a experiência vai demonstrando um certo desanimo, não das alunas, mais dos chefes de famílias, acontecendo que as mesmas alunas, muitas das quais inteligentes e de bom comportamento, podendo completar o curso sem esforço, abandonavam-no nos primeiros tempos. Tendo em vista esse fato é a conveniência de ser completado o curso, de evidente utilidade social; para as aulas domesticas, que necessariamente serão criadas, quer na escola normal, quer nos grupos escolares do Estado. Tal medida seria um estimulo e um meio de salientar a importância do ensino doméstico e familiar, cuja utilidade a ninguém era licita desconhecer, principalmente tratando-se de uma sociedade em formação com a do Rio Grande do Norte. Ainda não foi à Liga completar o número de professores exigidos pelas a matérias que a escola se propôs a ensinar e que são: cozinha teórica e prática, leiteira, avicultura, economia doméstica, lavanderia e engomado, contabilidade da casa, corte e feitio de vestidos, noções teóricas e práticas de botânica, de horticultura. De física e química, de medicina, compreendendo puericultura, higiene e curativos preliminares de acidentes e moléstias que demandavam socorro urgente. Podemos acrescentar que estas matérias estão sendo ensinadas na escola, excetuando o corte e feitio de vestidos e a parte relativa aos laticínios por falta de mestras habilitadas, sendo provável que a liga possa fazer aquisição de duas professoras de inteira competência do começo do ano vindouro (RN. Mensagem, 1916, p.23).

Um dos objetivos específicos da nossa pesquisa era investiga se houve uma disciplina específica de Higiene e seu programa que fizessem parte do conjunto de disciplina dos grupos escolares, até o momento do desenvolvimento da pesquisa e nos matérias reunidos para a sua

realização não encontramos nenhuma fonte documental que nos apontasse a existência dessa disciplina. O que encontramos foi uma disciplina denominada lições de Coisas que consistia no estudo das ciências físicas e naturais. A disciplina de Higiene vai ser encontrada na Escola Normal com a denominação de Cadeira de Higiene, ^{que} consistia nos preceitos higiênicos que seriam repassadas as normalistas para que após a formação e no exercício da profissão possuísem formação para discutir e ensinar aos alunos através de orientações os métodos de higiene.

Em mensagem do presidente do Rio Grande do Norte Antônio José de Melo e Souza em 1º de novembro de 1920 a Assembleia legislativa, relatando que no regime da Escola Normal ocorreram neste anos as seguintes modificações, que em vista de representação do respectivo diretor, foi suprimido pelo decreto nº 108 de 20 de janeiro o feriado semanal das quintas-feiras e restabelecido o do mês de junho, providências que segundo o parecer do corpo docente, eram exigidas por conveniência do ensino. Não estando ainda providas as cadeiras de Higiene e de Educação física, indispensáveis ao curso normal.º Ato de 10 de fevereiro, o Dr. Alfredo Lyra para reger interinamente a primeira, e designado o professor do Atheneu, agrônomo Christovam Dantas, para se incumbir nas mesmas condições da segunda.

No Jornal A República de 1924 Dr. Carlos Chagas, Presidente da Sociedade Brasileira de Hygiene, convidava o Dr. Alfredo Lyra, catedrático da Escola Normal desta capital, recebeu do Dr. Carlos Chagas, Presidente da Sociedade brasileira de Hygiene, o ofício em nome da comissão organizadora do 2º Congresso Hygiene, a reunir-se a 15 de novembro próximo na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais solicitando a contribuição tomando o encargo de relata o tema XVI "A Hygiene escolar", bem como o qualquer outro do programa oficial ficando a sua escolha. (A REPÚBLICA, 1924, nº 103, p.18).

Também encontramos na leitura das fontes a existência de uma disciplina de Higiene específica para um curso de aplicação profissional, citado a seguir:

O curso de aplicação ou profissional compreendia: português, abrangendo a história da literatura brasileira e redação oficial, pedologia, biologia, higiene, pedagogia e prática profissional caberia ao normalista diplomado pela Escola Normal de natal ficaria habilitado para todos os cargos do magistério primário. Nestas inspeções, o inspetor de ensino não tem apenas visado os métodos e processos empregados, a matricula e frequência, mas, igualmente, as condições dos edificios, o mobiliário, o material de ensino e as necessidades que devem ser mais urgentemente remediadas. Quanto ao serviço de propaganda de higiene e de educação sanitária, vai ele se intensificando cada vez mais. Iniciando no segundo semestre do ano passado

nas quintas-feiras de cada semana, há uma palestra sobre assunto sanitário de interesse popular feita de preferência nos estabelecimentos de ensino. Era louvável a maneira por que os médicos encarregados dessas palestras procuravam inculcar com clareza e precisão convincentes noções de higiene e conselhos que devem ser bem divulgados no seio de todas as classes sociais. Esse curso de educação sanitária iria prestar inevitáveis serviços sobretudo à nossa população escolar. Os temas escolhidos para essas palestras constam de assuntos da actualidade e do interesse palpitante (RN. Mensagem, 1930, p. 56-72).

investimários?

Esse curso profissional tinha como objetivo principal a divulgação das práticas higienistas na sociedade partindo de temas da atualidade para facilitar a compreensão dos alunos matriculados nesse curso de educação sanitária e ao mesmo tempo buscando solução para as doenças que atacam a população naquele momento e que eram discutidas por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas primeiras décadas do século XIX, precedentes a implantação da República surgiu uma nova modalidade escolar denominada de grupos escolares que surgiram primeiramente no Estado de São Paulo e, posteriormente, foram difundidas para os demais Estados do país. Essa nova modalidade de escola pública republicana era dita como um dos fatores essenciais para a instrução da população brasileira.

Nesse momento o Estado Brasileiro passava por mudanças no âmbito político, econômico, social e cultura que procuravam romper com o atraso herdado do período colonial e imperial. Portanto, um grupo de intelectuais formados por educadores, médicos e engenheiros em discussões decidiram que o Brasil deveria ingressar urgentemente em um processo modernizador aos modos do que já vinha acontecendo nos países europeus e Os Estados Unidos.

Os grupos escolares foram instituições que ocuparam um espaço próprio no seio da sociedade e objetivam instruir um grande número de alunos possibilitando que a cada dia uma Grande número de estudantes mantivessem contado com uma nova metodologia fundamentada na pedagogia moderna com a utilização do método intuitivo, do ensino mútuo, de matérias didáticos, mobiliários, conteúdos, professores diplomados orientados a partir dos preceitos higiênico- pedagógicos.

No início do século XX, a medicina começava a introduzir novos conhecimentos científicos buscando atuar na sociedade como uma ciência capaz de solucionar e prescrever sugestões de mudanças para resolver problemas e conflitos do cotidiano como falta de saneamento básico, falta de calçamentos, proliferação de doenças, falta de coletas de lixo, ruas estreitas, analfabetismo, mortalidade infantil, moradias precárias, distúrbios psicológicos, entre outros que ultrapassavam que as doenças que atingiam o corpo visando aplicar seus princípios e ganhar destaque no âmbito social.

E o espaço escolar adotou medidas higienistas que influenciavam os grupos desde a construção da estrutura física dos prédios e no mobiliário observando e orientando quanto ao cumprimento, largura, altura, ventilação, iluminação, bem como da escrita vertical, da prática

de exercícios físicos, que buscava atender a necessidade da formação de uma população forte, saudável e higienizada.

No Rio Grande do Norte ocorreu discussões sobre os preceitos de higiene que giravam em torno das medidas de prevenção que eram divulgadas através da imprensa local quando publicava um texto de ouros jornais do país trazendo para a discussão local o que estava sendo debatido em outro estado. O texto tratava de advertência ou avisos de medidas de prevenção, sintomas e tratamento de doenças. As ações de higiene eram discutidas pelas autoridades que buscavam uma solução para acabar ou diminuir os a contaminação da população. Uma das medidas encontradas para amenizar e proteger a sociedade das doenças era através da prevenção. Essa era feita através da difusão das medidas preventivas na sociedade, ou seja, era preciso instruir a população tornando-a principal divulgadora dos princípios de higiene.

As práticas higienistas trabalhadas no grupos escolares partiam desde a construção do prédio, onde eram escolhidos o local elevado, ventilado; a disposição do mobiliário, a utilização dos materiais didáticos e o incentivo a prática de exercícios físicos, uma alimentação saudável, ou seja, a escolha de hábitos saudáveis.

O desenvolvimento da pesquisa foi satisfatório desde o mapeamento da bibliografia que nos ajudou muito no direcionamento da nossa investigação para a definição do objeto de pesquisa, e, conseqüentemente, para o mapeamento das fontes documentais. Tal trabalho nos possibilitou a visita a arquivos para o recolhimento das fontes. O resultado final do trabalho foi atingido, uma vez que, conseguimos responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos, bem como, ao problema da nossa investigação. As dificuldades existiram, até porque trata-se do primeiro trabalho de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marta Maria de. O Grupo Escolar Modelo "Augusto Severo" e a Educação da Criança. (Natal- RN, 1908-1913). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil(1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore; revisão técnica José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Édusc, 2006.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. Higienismo em Sergipe nas primeiras décadas da República. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais - V Congresso Brasileiro de História da Educação**, v. 1. p. 1-14.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de. **Grupos escolares em Sergipe (1911 - 1930): cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal-RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 2009.

AZEVEDO, Crislane B. Arquitetura e Grupos Escolares em Sergipe: uma relação entre espaço e educação na escola primária. **Outros Tempos**, v. 7, p. 119-142, 2010.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. **Escola da ordem e do progresso: Grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte**. Brasília: Liber Livro, 2012.

FARIA FILHO, Luciano M. de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERREIRA, Antônio Gomes. Higiene e controle médico da infância e da escola. **Cadernos Cedes**. Abri. 2003, vol.23, no. 59, p.9-24. ISSN 0101-3262.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos Cedes**. Abril. 2003, vol.23, no.59, p.25-38. ISSN 0101-3262.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial**. Março/ 2000. Tese [Doutorado em Educação.]

FILHO, Lúcyrgo Castro Santos. **Pequena história da medicina brasileira**. Ed. S.A. São Paulo. 1966. Coleção Buriti.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses nos noventa. **Cadernos Cedes**. Abril. 2003, vol.23, no. 59, p.57-78.

PINHEIRO, Antonio C. F. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: USF, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PIMENTO, Tânia Salgado. Entre sangradores e doutores: práticas e formação medica na primeira metade do século XIX. **Cadernos Cedes**. Abril. 2003, vol.23, no. 59, p.91-102.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de (Civilização): a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora Unesp, 1998. (Prismas).

MENSAGENS

RN. **Mensagens** apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte pelo Presidente do Estado. Natal: [Anos: 1907-1930].

RELATÓRIOS

RN. Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução Pública. Natal, 15/10/1909, 18 fl. (manuscrito). [Documento presente no DVD: Fontes para o estudo da história primária no Brasil (1889-1930), organizado por Rosa Fátima de Souza].

RN. Relatório apresentado pelo Dr. Francisco Pinto de Abreu, Diretor Geral da Instrução pública. Natal, 01/10/1909, 20 fl. (manuscrito). [Documento presente no DVD: Fontes para o estudo da história primária no Brasil (1889-1930), organizado por Rosa Fátima de Souza].

LIMA, Nestor. **Relatório** do Dr. Nestor Lima ao governo do Estado como diretor do Departamento de Educação, 1924.

LEIS E DECRETOS

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 243**, de 4 de março de 1911. É criado na Vila de Ares um Grupo Escolar denominado "Jacumaúma". In: **Actos Legislativos e Decretos do governo** (1911), Natal: Typographia d' A República, 1912, p.59.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 254**, de 11 de agosto de 1911. Cria na cidade do Assú um Grupo Escolar denominado "Tenente Coronel José Correia". In: **Actos Legislativos e decretos do Governo** (1911), Natal: Typographia d' A República, 1912, p.83.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei de nº 255**, de 19 de outubro de 1911. Cria na cidade de Macaíba um Grupo Escolar denominado "Auta de Souza". In: **Actos Legislativos e decretos do governo** (1911), Natal: Typographia d' República, 1912, p.84.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 256**, de 25 de novembro de 1911. In: **Actos Legislativos e Decretos de** (1911). In: Natal: Typographia d' A República, 1912, p.85.

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº257**, de 25 de novembro de (1911). In: **Actos e Legislativos do Governo de** (1911), Natal: Typographia d' A República, 1912, p. 86.

RIO GRANDE DO NORTE. Departamento de Educação. **Regimento do grupo Escolar "Augusto Severo"**. Natal: Typographia d' A República, 1909, p. 83-99.

RIO GRANDE DO NORTE. Regimento Interno do Grupo Escloar "Trinta de Setembro", 1909. Mossoró: Typ. do Commercio, 1909)

JORNAL

Reforma da Instrução. A República. Natal, sábado, 7 de janeiro de 1911 nº 10, p.01.

Solicitadas Grupo "Augusto Severo". A República. Natal, quinta-feira, 19 de janeiro de 1911, nº 15, p. 02.

A Reforma da Instrução. A República. Natal, 09 de fevereiro de 1911, nº 32.

A Reforma da Instrução. A República. Natal, 08 de março de 1911, nº 52.

Hygiene e conforto nas escolas. A República. Natal, quarta-feira, 22 de setembro de 1916.

Pelo Ensino. A república. Natal, 04 de dezembro de 1917.

Pelo Ensino Visitas Escolares. A República. Natal, terça-feira, 17 de agosto de 1920.

Pelo Ensino Visitas Escolares. A República. Natal, 1920.

Pelo Ensino Passeios Escolares. A República. Natal, 1920.

Conselhos ás Creanças. A República. Natal, 1924.

Pela Hygiene. A República. Natal, 1924.

Congresso Brasileiro de Hygiene. A República. Natal, 6 de julho de 1924.